



EDUCAÇÃO QUE DÁ CERTO

> O caso do Espírito Santo

*A rede estadual em que os jovens
mais aprendem no Ensino Médio*





TODOS
PELA
EDUCAÇÃO



EDUCAÇÃO QUE DÁ CERTO

ESPÍRITO
SANTO

O caso do Espírito Santo

MARÇO > 2022

> APRESENTAÇÃO

Sobre o Todos Pela Educação

Sem fins lucrativos, não governamental e sem ligação com partidos políticos, somos financiados por recursos privados, não recebendo nenhum tipo de verba pública. Isso nos garante a independência necessária para desafiar o que precisa ser desafiado, mudar o que precisa ser mudado. A Educação só será melhor com boas políticas educacionais: estruturantes, bem formuladas e continuamente aprimoradas. E atuamos para que isso seja realizado em todo o Brasil, reunindo e estruturando o melhor do conhecimento e das evidências disponíveis, qualificando o debate e articulando com o poder público.

SAIBA MAIS EM

www.todospelaeducacao.org.br

Sobre o Educação Que Dá Certo

Iniciada em outubro de 2020, a iniciativa “Educação Que Dá Certo” mapeia, analisa e dissemina bons exemplos de políticas educacionais pelo Brasil. Com isso, para além de valorizar os gestores e as secretarias que implementam tais políticas, busca-se mostrar como experiências de êxito na Educação brasileira podem inspirar ações de outras Secretarias de Educação do País.

SAIBA MAIS EM

www.educacaoquedacerto.todospelaeducacao.org.br

Sobre este documento

Este documento apresenta o caso do Espírito Santo. O menor Estado da região Sudeste em extensão territorial é um destaque nacional e referência em Educação de qualidade, especialmente no Ensino Médio. São explorados os resultados educacionais do Estado, as premissas da gestão educacional e as principais políticas educacionais que foram construídas e ajudam a explicar os caminhos que o Espírito Santo vem percorrendo para se destacar no cenário da Educação brasileira.

EXPEDIENTE

COORDENAÇÃO GERAL

Priscila Cruz

Presidente-Executiva

Olavo Nogueira Filho

Diretor-Executivo

Gabriel Barreto Corrêa

Líder de Políticas Educacionais

Ivan Gontijo

Coordenador de Políticas Educacionais

REDAÇÃO

Ivan Gontijo

Coordenador de Políticas Educacionais

Theodora Beluzzi

Consultora de Projetos

REVISÃO TÉCNICA

Andressa Buss Rocha

Consultora Educacional

APOIO TÉCNICO

Leonardo Fujisima Yada

Coordenador de Políticas Educacionais

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Priscilla Cabral

Líder de Comunicação e Mobilização

Priscilla Kesley

Coordenadora de Comunicação

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO EXTERNA

Estúdio Labirinto

REVISÃO EXTERNA

Paula Bosi

Jornalista e Revisora



> ÍNDICE

Sumário executivo, 5



Capítulo 1

DE ONDE ESTAMOS FALANDO? – PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO ESPÍRITO SANTO E ATORES DA TRANSFORMAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 9

- 1.1 » Principais características do Estado e da rede de ensino, 11
- 1.2 » Trajetória de transformação da educação local e seus atores políticos, 12



Capítulo 2

POR QUE CONSIDERAMOS ESTE ESTADO UM CASO DE SUCESSO? – OS RESULTADOS EDUCACIONAIS DO ESPÍRITO SANTO, 15

- 2.1 » Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), 17
- 2.2 » Resultados educacionais (acesso, trajetória e aprendizagem), 19



Capítulo 3

O QUE ESTÁ POR TRÁS DOS RESULTADOS DO ESPÍRITO SANTO? – COMO E QUAIS POLÍTICAS EDUCACIONAIS FORAM IMPLEMENTADAS, 21

- > 3.1 » Premissas da gestão educacional capixaba, 25
- > 3.2 » Políticas educacionais do Espírito Santo, 27
 - 3.2.1 » Apoio às redes municipais – Pacto pela Aprendizagem no Espírito Santo (PAES), 27
 - 3.2.2 » Rede Estadual – Suporte pedagógico, 31
 - 3.2.3 » Rede Estadual – Circuito de Gestão, 37
 - 3.2.4 » Rede Estadual – Escolas em tempo integral, 41

Conclusão, 46

Lista de entrevistados para a elaboração deste documento, 47

SUMÁRIO EXECUTIVO

ESTE DOCUMENTO APRESENTA O CASO DO ESPÍRITO SANTO NA EDUCAÇÃO BÁSICA, olhando para todas as etapas, mas com maior ênfase no Ensino Médio. São explorados os principais resultados, as premissas da gestão educacional local e as políticas públicas que foram construídas e ajudam a explicar os caminhos que o Estado vem percorrendo nos últimos anos para se colocar como destaque nacional na última etapa da Educação Básica.

Com resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (**Ideb**) superiores à média nacional nas três etapas da Educação Básica¹, a evolução dos resultados educacionais capixabas é especialmente notável na etapa do Ensino Médio, como podemos observar no Gráfico 1, abaixo:



FONTE: MEC/Inep/Daeb. Elaboração: Todos Pela Educação.



O IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) é calculado a partir de duas dimensões: o índice de rendimento escolar (média das taxas de aprovação do ciclo avaliado) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep (nota padronizada).

No Ensino Médio, o Estado possui o segundo melhor Ideb entre as redes públicas estaduais, ficando atrás apenas da rede de Goiás. Entretanto, o Espírito Santo é o Estado onde os jovens do Ensino Médio mais aprendem, sendo aquele em que os alunos conseguem o melhor desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) de Língua Portuguesa e de Matemática desde 2017.

Além do destaque no Ideb, o Espírito Santo também apresenta expressivos resultados no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa)². A edição de 2015, última com resultados disponíveis em nível estadual, mostrou o Estado com o melhor resultado do País em todas as áreas de conhecimento avaliadas (Ciências, Leitura e Matemática).

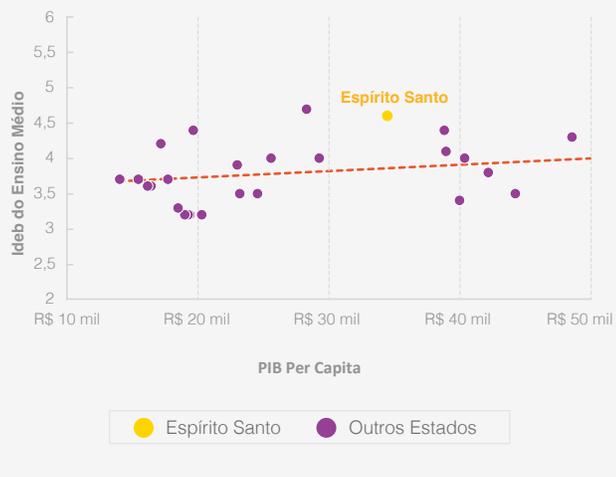
Comparando o Ideb no Ensino Médio com a renda per capita, percebe-se que o Espírito Santo está no grupo das Unidades da Federação mais ricas, ultrapassando a marca de R\$ 30.000,00. Dentro desse grupo, é o Estado com maior Ideb, ultrapassando redes de ensino estaduais com muito mais recursos financeiros, como São Paulo e Distrito Federal.

O Espírito Santo é o estado onde os jovens mais aprendem: os capixabas têm o melhor desempenho do Saeb no Ensino Médio, em Língua Portuguesa e Matemática, desde 2017.

1 > Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, o Ideb da rede pública do Espírito Santo é de 5,9 (do Brasil, é de 5,7) e, nos Anos Finais, é de 4,7 (enquanto, do Brasil, é de 4,6).

2 > O Pisa é uma avaliação comparativa internacional aplicada de forma amostral a estudantes matriculados a partir do 7º ano do Ensino Fundamental, na faixa etária dos 15 anos.

GRÁFICO 2 » RELAÇÃO ENTRE O IDEB NO ENSINO MÉDIO (REDE ESTADUAL) E O PIB PER CAPITA DOS ESTADOS BRASILEIROS³



FONTE: MEC/Inep/Daeb e IBGE (2018). Elaboração: Todos Pela Educação.

Mesmo tendo menos desafios do ponto de vista socioeconômico em relação à média dos Estados brasileiros, o destaque capixaba nos resultados educacionais, especialmente no Ensino Médio, é inegável, e não se pode atribuí-lo apenas a fatores extraescolares. Reconhece-se que os excelentes resultados são frutos de políticas educacionais implementadas e aprimoradas ao longo dos anos. Neste material, as principais medidas serão descritas de forma detalhada. O quadro-resumo abaixo traz as premissas da gestão educacional e as principais políticas que foram destacadas.



³ > Foram utilizados os últimos dados disponíveis: as notas do Ideb de 2019 (Inep/MEC) e os PIBs *per capita* estaduais de 2018 (IBGE).



Premissas da gestão educacional capixaba

1 Governadores comprometidos com o avanço dos resultados na Educação

O envolvimento dos Governadores nas questões educacionais é um elemento importante para o avanço dos resultados do Espírito Santo. Eles escolheram Secretários de Educação de perfil técnico, que tiveram autonomia e suporte para exercerem o trabalho. Além disso, os Governadores foram capazes de blindar a Secretaria de interesses puramente político-partidários, garantindo a manutenção de uma equipe técnica, mesmo com a troca de gestões.

2 Manutenção de uma equipe técnica da Secretaria preparada e selecionada de forma criteriosa

Um dos elementos que viabilizaram a continuidade das políticas educacionais do Estado foi a permanência da equipe técnica da Secretaria ao longo do tempo. Grande parte desses servidores chegou a esses cargos por meio de processos seletivos internos técnicos e rigorosos. Mesmo com a troca de gestões, as principais lideranças foram mantidas, o que permitiu um processo de aprendizado institucional e aprimoramento das políticas.

3 Gestão da Secretaria a partir de planejamento estratégico, metas claras, monitoramento e avaliação

Na Secretaria de Educação, existe uma cultura de planejamento estratégico, uso de dados para tomada de decisão, estabelecimento de ações e projetos prioritários, definição de metas, indicadores para o acompanhamento e avaliação. Este esforço não está restrito apenas ao órgão central, mas também é presente nas Superintendências Regionais e nas escolas.

4 Inspiração em políticas educacionais que deram certo em outros contextos

Algumas das principais políticas educacionais do Estado foram desenhadas a partir de experiências exitosas já implementadas em outros Estados. Os principais exemplos são o PAES, inspirado no Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC), do Ceará, e as escolas de tempo integral no Ensino Médio, que tiveram como referência a experiência de Pernambuco.



Principais políticas educacionais

1 Pacto pela Aprendizagem no Espírito Santo (PAES)

O PAES é uma política de fortalecimento do regime de colaboração entre o Estado e as redes municipais. A Sedu apoia os Municípios na oferta educacional, com ênfase na Educação Infantil e nos primeiros anos do Ensino Fundamental, período no qual ocorre o processo de alfabetização. O PAES combina suporte e incentivos às redes municipais, buscando garantir aprendizagem adequada para os estudantes capixabas, independentemente da rede de ensino em que estão matriculados.

2 Políticas de Suporte pedagógico para a Rede Estadual

Um dos fatores mais importantes para o sucesso do Espírito Santo é a gestão pedagógica coerente e voltada para a aprendizagem dos estudantes. O suporte pedagógico é formado por uma série de elementos disponibilizados aos professores para entrarem em sala de aula mais preparados para ensinar de forma efetiva.

3 Circuito de Gestão

A metodologia do Circuito de Gestão, no âmbito do Programa Jovem de Futuro, busca apoiar a gestão educacional em seus três níveis (Secretaria, Superintendências Regionais e Escolas). Composto por ciclos de planejamento, execução, monitoramento e avaliação, que se repetem ao longo dos trimestres letivos, o Circuito foi central para o avanço no Ensino Médio.

4 Escolas em tempo integral

O Espírito Santo iniciou um processo de implementação de escolas em tempo integral em 2015. Desde então, vem conseguindo ampliar o número dessas escolas, que contam com uma proposta pedagógica inovadora que visa garantir uma formação integral aos estudantes. Atualmente, 11,4% das matrículas no Ensino Médio capixaba já são em tempo integral e estão distribuídas nas 93 escolas na rede estadual com este modelo.

O Todos Pela Educação espera que este material possa subsidiar os tomadores de decisão de redes municipais e estaduais na formulação e na implementação de políticas educacionais mais efetivas. Olhar para as redes de ensino que vêm obtendo êxito na oferta de uma Educação de qualidade é ainda mais importante em um momento em que a Educação brasileira enfrenta desafios complexos decorrentes do longo período de fechamento das escolas causado pela pandemia da Covid-19.

Mitigar os impactos da pandemia para as comunidades escolares será a tônica da retomada da Educação nos próximos meses e anos. Somente será possível superar todas as barreiras que o contexto impõe por meio da estruturação e do fortalecimento de políticas educacionais mais efetivas. O sistema educacional do Espírito Santo e as políticas analisadas neste documento podem e devem ser uma das inspirações!







1.1

Principais características do Estado e da rede de ensino

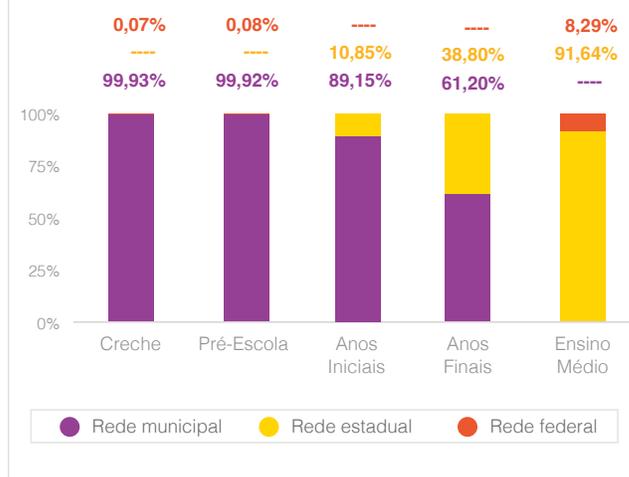
O Espírito Santo é um Estado localizado na região Sudeste, com 78 Municípios e uma população de cerca de 4 milhões de habitantes. A tabela abaixo traz as principais informações do Estado e uma comparação com outros Estados brasileiros.

TABELA 1 » INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DO ESPÍRITO SANTO

| INDICADOR | NÚMERO | POSIÇÃO NO RANKING DE ESTADOS |
|---|-----------|-------------------------------|
| Número de Municípios | 78 | 20º |
| População estimada (2021) | 4.108.508 | 14º |
| PIB per capita (2018) – valores correntes (em R\$) | 34.493,12 | 9º |
| Índice de Desenvolvimento Humano (IDH, 2017) ⁴ | 0,772 | 9º |

Na Educação Básica, o Espírito Santo conta com pouco mais de 880 mil matrículas, sendo 87,8% dessas na rede pública⁵. O gráfico 3 aponta que os Municípios são responsáveis por praticamente toda a oferta da rede pública na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Já os Anos Finais são divididos entre as redes municipais e estadual. Por fim, o Ensino Médio está nas mãos da rede estadual, ainda que haja um número relevante de matrículas na rede federal.

GRÁFICO 3 » DISTRIBUIÇÃO DE MATRÍCULAS DA REDE PÚBLICA NO ESPÍRITO SANTO, POR REDE DE ENSINO (2020)



FONTE: MEC/Inep/DEED – Microdados do Censo Escolar 2020. Elaboração: Todos Pela Educação.

4 > Fonte: IPEA, 2019. < https://www.ipea.gov.br/porta1/images/stories/PDFs/livros/livros/190416_rada_IDHM.pdf>

5 > Para saber mais, veja o Anuário Brasileiro da Educação Básica de 2021, disponível em: < <https://www.moderna.com.br/anuario-educacao-basica/2021/estados-espírito-santo.html>>

1.2 >

Trajetória de transformação da Educação local e seus atores políticos

O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DA EDUCAÇÃO CAPIXABA

foi iniciado em 2003, ainda que os resultados educacionais (em especial, o Ideb do Ensino Médio) só despontaram de forma mais expressiva no cenário nacional a partir de 2015. O período de 2003 a 2010 foi composto por duas gestões do Governador **Paulo Hartung**, eleito pelo PMDB.

O primeiro mandato (2003 a 2006) teve como tônica principal a reorganização das contas públicas e a profissionalização da gestão pública estadual. Na Educação, a situação era catastrófica. No início de 2003, a Secretaria da Educação (Sedu) possuía uma dívida de R\$ 85 milhões com fornecedores e prestadores de serviços e o Magistério não havia recebido os salários de novembro e de dezembro do ano anterior. As greves de professores eram constantes na rede de ensino, o que levava a que cada escola tivesse o seu próprio calendário⁶. Assim, o primeiro mandato de

Hartung na Educação estava voltado para “colocar a casa em ordem”, o que foi importante para preparar as condições para as reformas realizadas no período subsequente.

A Educação ganhou uma agenda de reformas estruturais a partir de 2007, ano da chegada de **Haroldo Corrêa Rocha** à Secretaria de Educação do Estado (Sedu). Haroldo é economista, professor universitário e, antes de ser Secretário de Educação, já acumulava experiência na gestão pública, tendo sido Secretário de Planejamento de Vitória e Diretor-Presidente do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes). O novo Secretário iniciou um amplo processo de transformação da Sedu, marcado por diversas mudanças nas políticas pedagógicas, pelo fortalecimento dos Recursos Humanos e pela reorganização da gestão. A tabela abaixo traz um resumo das principais medidas.

TABELA 2 » PRINCIPAIS MEDIDAS DA SEDU (2007-2010)

| | |
|--|---|
| POLÍTICAS PEDAGÓGICAS | <ul style="list-style-type: none"> • Instituição de currículo por áreas de conhecimento; • Aumento da carga horária mínima para 5 horas diárias; • Fortalecimento e expansão do Programa de Avaliação Básica do Espírito Santo (Paebes). |
| FORTALECIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS | <ul style="list-style-type: none"> • Melhoria do salário inicial de professores (implementação do sistema de remuneração por subsídio); • Seleção de diretores e equipe da Secretaria a partir de processos seletivos e critérios técnicos; • Realização de concurso público para professores⁷; • Criação do Prêmio Sedu: Boas Práticas na Educação, para premiar boas iniciativas de escolas voltadas para a melhoria dos resultados de aprendizagem. |
| REORGANIZAÇÃO DA GESTÃO | <ul style="list-style-type: none"> • Instituição de um planejamento estratégico da Secretaria, envolvendo as três instâncias de gestão (órgão central, regionais de ensino e escolas); • Terceirização de serviços de suporte à Educação (alimentação escolar, vigilância e limpeza) para liberar tempo dos diretores para tarefas de gestão da aprendizagem. |

⁶ > Fonte: Ensinando e Aprendendo: Oito Anos da Nova Escola no Espírito Santo 2003-2010. 1ª. ed. Vitória: Espírito Santo – Governo do Estado, 2012. v. 01. 540p.

⁷ > De 1990 a 2005, nenhum concurso público para contratação de professores efetivos ocorreu no Espírito Santo. A contratação de professores era feita, prioritariamente, por contratos temporários, com grande influência de indicações políticas para esses cargos.

O sucessor de Paulo Hartung foi **Renato Casagrande**, eleito pelo PSB. O Secretário escolhido foi **Klinger Marcos Barbosa Alves**, professor da Faculdade de Física da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). A gestão de Klinger, de 2011 a 2014, manteve a equipe técnica da Sedu da gestão anterior, fato que viabilizou a continuidade e o aprimoramento das políticas educacionais. Além disso, nesse período, os principais destaques foram:

- Expansão das matrículas na Educação Profissional;
- Garantia do cumprimento do 1/3 de carga horária dos professores para atividades de planejamento na escola;
- Investimento em infraestrutura das escolas (ampliação, construção e reformas);
- Regulamentação da Lei do Bônus Desempenho para profissionais da Educação.

Na eleição de 2014, Casagrande foi derrotado por **Paulo Hartung (PMDB)**, que voltou ao Governo do Estado com **Haroldo Rocha** no comando da Sedu. Este período (2015 a 2018) teve como característica a continuidade do trabalho e da equipe que já vinha desde 2007, o que foi fundamental para os avanços expressivos nos resultados educacionais.

Foi a partir de 2015 que o Espírito Santo se tornou um destaque no Ensino Médio. Nessa gestão, foram iniciados três programas estruturantes da rede de ensino que permanecem até hoje: a implementação de escolas de tempo integral (na época, chamadas de “Escolas Vivas”), o Circuito de Gestão (no âmbito do programa Jovem de Futuro) e o Pacto Pela Aprendizagem no Espírito Santo (PAES)⁸.

Em 2018, **Renato Casagrande (PSB)** foi eleito novamente. O escolhido para o comando da Secretaria foi **Vitor de Angelo**, cientista político e professor universitário. Vitor assumiu a gestão com o compromisso de seguir com os programas estruturantes iniciados na gestão anterior. Além disso, um dos objetivos da atual gestão é ampliar o diálogo com as comunidades escolares e fortalecer as iniciativas capazes de diminuir as desigualdades e impulsionar a equidade na aprendizagem.

Foi a partir de 2015 que o Espírito Santo se tornou um destaque no Ensino Médio. Nesse período, foram iniciados três programas estruturantes: as escolas de tempo integral, o Circuito de Gestão e o Pacto Pela Aprendizagem no Espírito Santo (PAES).

A gestão atual enfrentou um dos momentos mais desafiadores da história da Educação Brasileira, com o fechamento das escolas devido à pandemia de Covid-19. A Sedu estruturou uma série de atividades pedagógicas não presenciais para manter a Educação Capixaba em funcionamento, por meio do programa EscoLar⁹. Contudo, por mais que o foco da gestão atual esteja em mitigar os efeitos da pandemia para as comunidades escolares, algumas políticas estruturantes também vêm sendo implementadas. Os principais destaques são:

- Mudança no modelo e expansão das escolas em tempo integral no Ensino Médio;
- O Programa Capixaba de Fomento à Implementação de Escolas Municipais de Ensino Fundamental em Tempo Integral (PROETI);
- A implementação do Novo Ensino Médio¹⁰, a partir do disposto na Lei n° 13.415/2017.

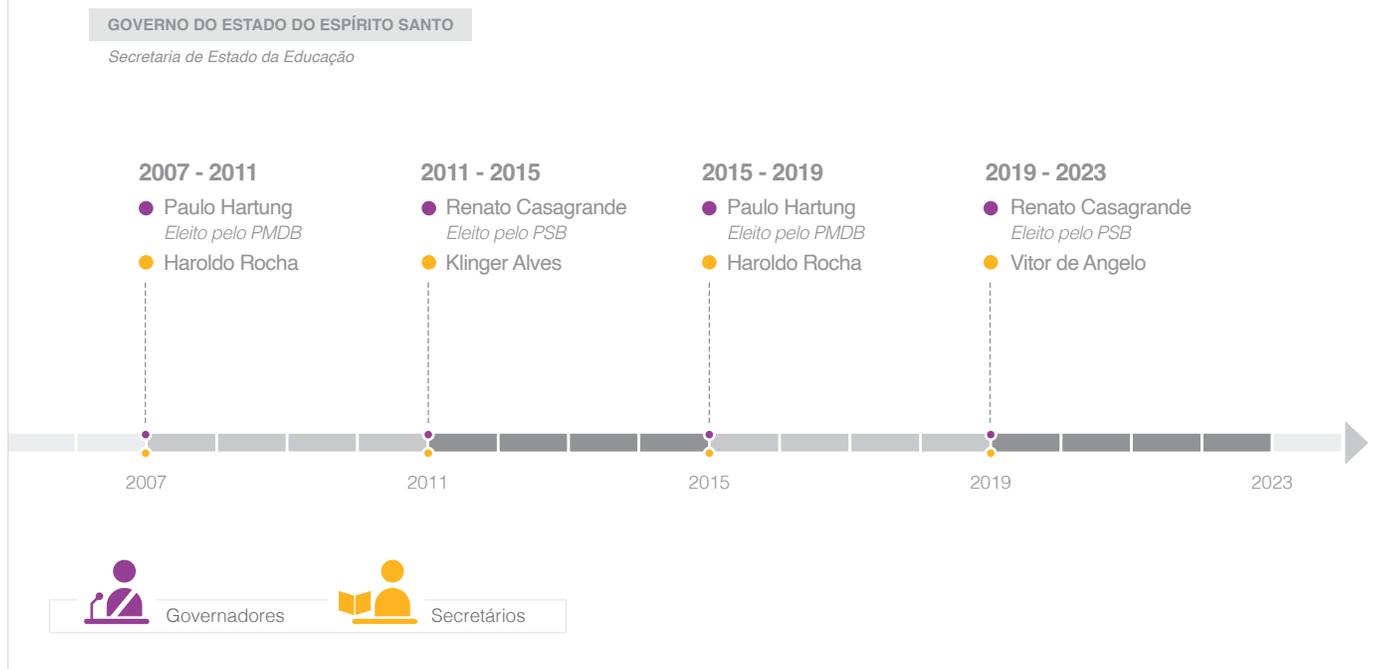
A linha do tempo abaixo traz as principais lideranças políticas (Governadores e Secretários(as) de Educação) da transformação da Educação no Espírito Santo, nos últimos anos.

8 > Estas políticas serão detalhadas no capítulo 3 deste material.

9 > Para saber mais, acesse: <https://sedu.es.gov.br/escolar>

10 > Para saber mais sobre a implementação do Novo Ensino Médio no Espírito Santo, veja: <https://novoensinomedio.sedu.es.gov.br/>

FIGURA 1 » LINHA DO TEMPO RETRATANDO OS PRINCIPAIS ATORES DA TRANSFORMAÇÃO DA EDUCAÇÃO



Elaboração: Todos Pela Educação

Um ponto que chama a atenção, a partir da análise da trajetória institucional recente do Espírito Santo, é que, em quase 15 anos, apenas dois Governadores se alternaram no poder e três Secretários passaram pela Sedu. Este fato foi importante para garantir a continuidade e o aprimoramento das políticas educacionais do Estado.







Neste capítulo, serão explorados os principais indicadores educacionais do Espírito Santo, que justificam a visão de que o Estado é um caso de sucesso na Educação brasileira, especialmente por conta dos resultados de aprendizagem no Ensino Médio. Ele está dividido em duas partes: **a primeira apresenta os resultados do Ideb**, indicador sintético que resume a qualidade educacional local, e **a segunda traz indicadores de resultado**, traçando o desempenho do Espírito Santo nas dimensões de acesso, trajetória escolar e aprendizagem.

2.1 > Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)

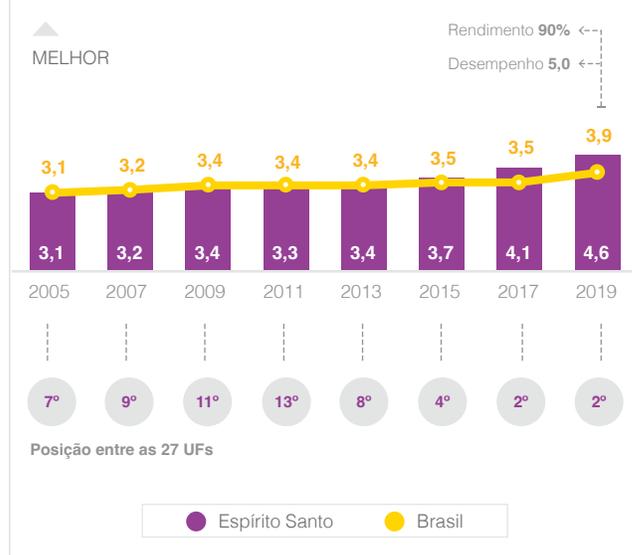
OLHANDO PARA O ENSINO MÉDIO, chama a atenção o avanço de mais de um ponto no Ideb da rede estadual entre os anos de 2013 e 2019.

O Espírito Santo, nos anos anteriores, vinha obtendo resultados muito próximos à média nacional.

A partir de 2015, o Estado começou uma trajetória ascendente, despontando, em 2019, com um Ideb de 4,6. É o segundo maior índice entre os Estados brasileiros desde 2017 – uma evolução importante em comparação a 2013, ano em que tinha apenas o 8º melhor resultado.

Com um rendimento de 90% e a maior nota padronizada de desempenho no País inteiro (5,0), o Espírito Santo é o Estado onde o jovem matriculado no Ensino Médio mais aprende no Brasil¹¹.

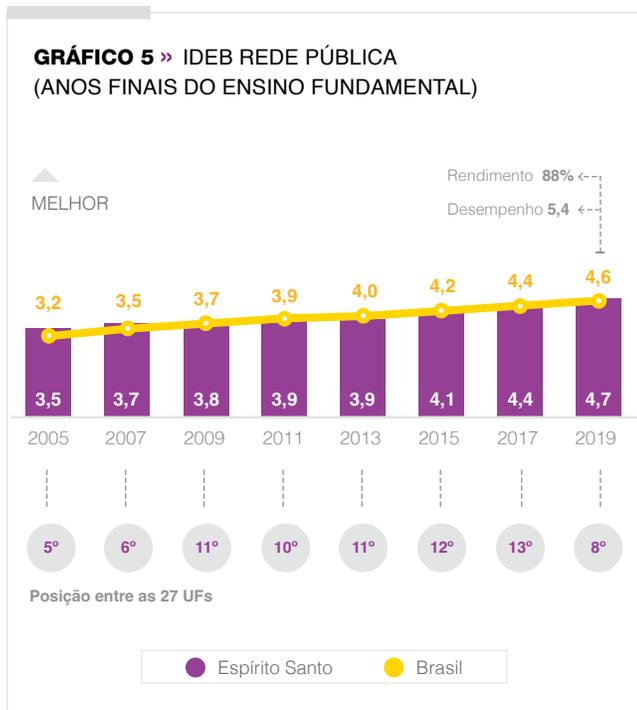
GRÁFICO 4 >> IDEB REDE ESTADUAL (ENSINO MÉDIO)



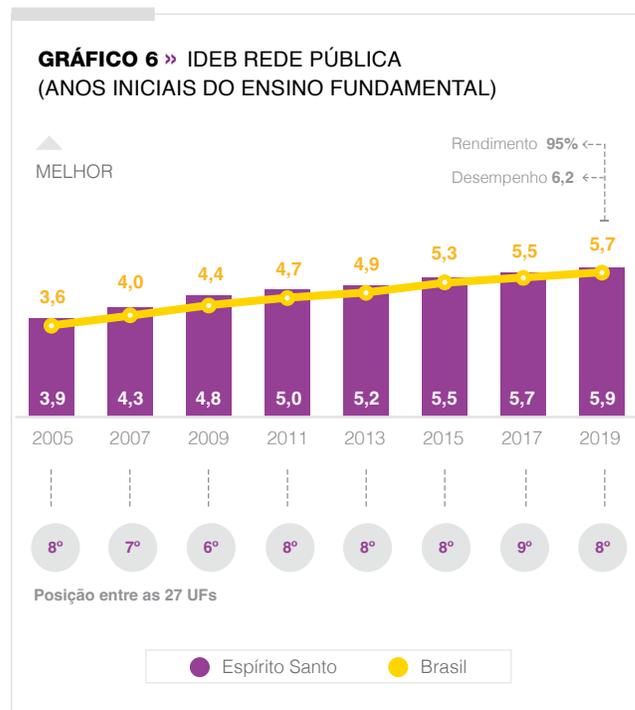
FONTE: MEC/Inep/Daeb. Elaboração: Todos Pela Educação.

11 > O primeiro lugar no ranking é Goiás, com um Ideb de 4,7. Sua nota média padronizada é ligeiramente menor que a do Estado capixaba: 4,9. Fonte: MEC/Inep/Daeb.

Como pode-se observar nos gráficos 5 e 6, o desempenho no Ensino Fundamental não é tão expressivo, ainda que esteja acima da média nacional. Nos Anos Finais, entre 2005 e 2019, o Ideb evoluiu de 3,5 para 4,7, atingindo o 8º melhor índice entre os Estados. Nos Anos Iniciais, o salto foi de dois pontos: de 3,9, em 2005, para 5,9, em 2019. Nessa etapa, entretanto, segue sendo entre o 9º e o 6º melhores resultados.



FONTE: MEC/Inep/Daeb – Ideb.
Elaboração: Todos Pela Educação.



FONTE: MEC/Inep/Daeb – Ideb.
Elaboração: Todos Pela Educação.



Resultados educacionais (acesso, trajetória e aprendizagem)

UM ENTENDIMENTO MAIS COMPLETO sobre qualidade educacional é baseado em três elementos que ajudam a concretizar o significado do direito à Educação. Assegurar que esses três objetivos sejam alcançados, simultaneamente, é condição necessária para que tenhamos uma Educação de qualidade. São eles:

- O **acesso** das crianças e dos jovens à escola, conforme previsto na legislação;
- A **trajetória** adequada entre as séries;
- A **aprendizagem** de todos os alunos na idade certa.

ACESSO

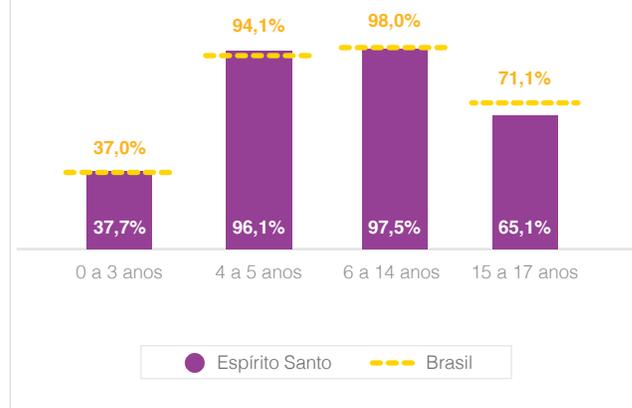
Garantir o acesso à escola é o primeiro passo para construir uma Educação de qualidade. O gráfico 7 indica as taxas de matrículas líquidas¹² em cada etapa da Educação Básica no Espírito Santo. É interessante notar que o Estado se equipara às médias nacionais nas faixas de 0 a 3 anos, de 4 e 5 anos (esta tendo uma taxa dois pontos percentuais maior) e de 6 a 14 anos. Entretanto, no Ensino Médio, a taxa fica seis pontos percentuais abaixo da média nacional: 65,1% versus 71,1% – resultado ainda crítico, que merece maior atenção do Estado.

TRAJETÓRIA

Quanto à garantia da permanência dos alunos na escola com trajetória escolar adequada entre as séries, um importante indicador são as taxas de rendimento, que medem o percentual de alunos aprovados, reprovados e que abandonaram a escola em determinado ciclo.

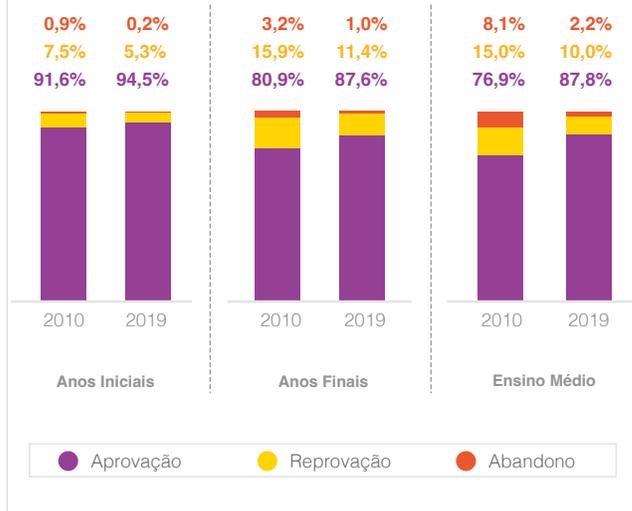
Como podemos observar no gráfico 8, comparando os resultados de 2010 e 2019 na rede capixaba, é notável a diminuição nos indicadores de reprovação no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, ainda que os valores sigam sendo altos e devam ser foco de atenção da rede de ensino.

GRÁFICO 7 » TAXA DE ATENDIMENTO POR ETAPAS, EM 2019¹³ (ESPÍRITO SANTO X BRASIL)



FONTE: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação

GRÁFICO 8 » TAXA DE RENDIMENTO ESCOLAR NO ESPÍRITO SANTO, POR ETAPA – REDE PÚBLICA – 2010 E 2019¹⁴



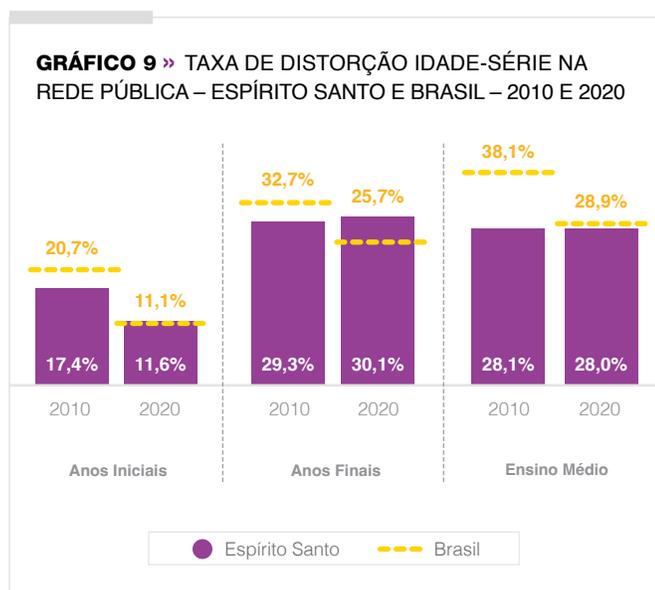
FONTE: MEC/Inep/DEED – Indicadores Educacionais. Elaboração: Todos Pela Educação

¹² > O cálculo da taxa líquida de matrícula é feito dividindo o número de matrículas de indivíduos que se encontram na idade recomendada para o nível que cursam pelo número total de indivíduos da mesma faixa etária.

¹³ > Optou-se por usar os dados de 2019, por serem anteriores à pandemia de Covid-19, que afetou este indicador na Educação Básica. Os dados mais atualizados para o Ensino Fundamental e o Ensino Médio estão disponíveis no Anuário Brasileiro da Educação Básica. Ver em: https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/07/Anuario_21final.pdf.

¹⁴ > Optou-se por utilizar os dados de 2019, pois 2020 foi um ano atípico na Educação Básica, com índices de reprovação muito menores que os anos anteriores. Essa diminuição artificial dos índices foi causada pelo fechamento das escolas e pela recomendação do Conselho Nacional de Educação, por meio de um parecer, recomendando que as redes de ensino evitassem a reprovação dos estudantes. Para ler o parecer, visite: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2020-pdf/148391-ppc011-20/>

Outro importante indicador na análise da trajetória é a distorção idade-série¹⁵, representada no gráfico 9. O Espírito Santo destacou-se em 2010, com taxas muito inferiores à média nacional, especialmente no Ensino Médio. Nota-se que, de 2010 a 2020, enquanto o Brasil foi capaz de diminuir de forma relevante essas taxas, os números do Espírito Santo ficaram praticamente estagnados, com diminuição apenas nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Portanto, este é outro indicador de rendimento que deve ser foco de atenção, na medida em que os resultados não são satisfatórios.

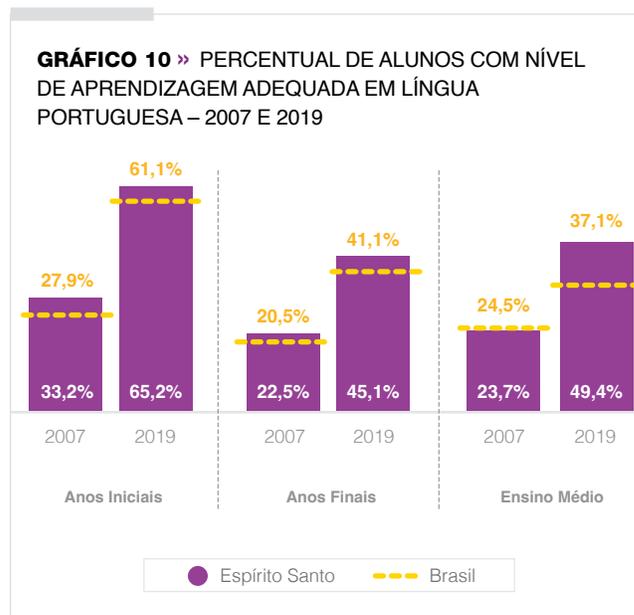


FONTE: MEC/Inep/DEED – Indicadores Educacionais. Elaboração: Todos Pela Educação

APRENDIZAGEM

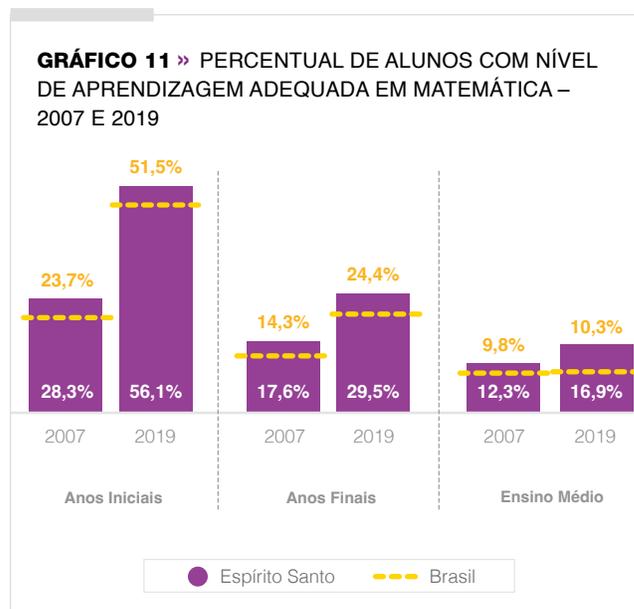
A garantia da aprendizagem adequada de todos os alunos é o que concretiza, de fato, o direito à Educação. Afinal, não basta estar na escola e passar de ano, é preciso aprender. Os gráficos 10 e 11 mostram a evolução no percentual de alunos com aprendizagem adequada, em Língua Portuguesa e em Matemática.

Em Língua Portuguesa, o Estado apresenta um percentual de alunos com aprendizagem adequada acima da média brasileira em todas as etapas na edição de 2019: quatro pontos percentuais a mais nos Anos Iniciais e nos Anos Finais do Fundamental e notáveis 12 pontos percentuais a mais no Ensino Médio.



FONTE: MEC/Inep/Daeb – Microdados do Saeb e Anuário Brasileiro da Educação Básica 2021. Elaboração: Todos Pela Educação

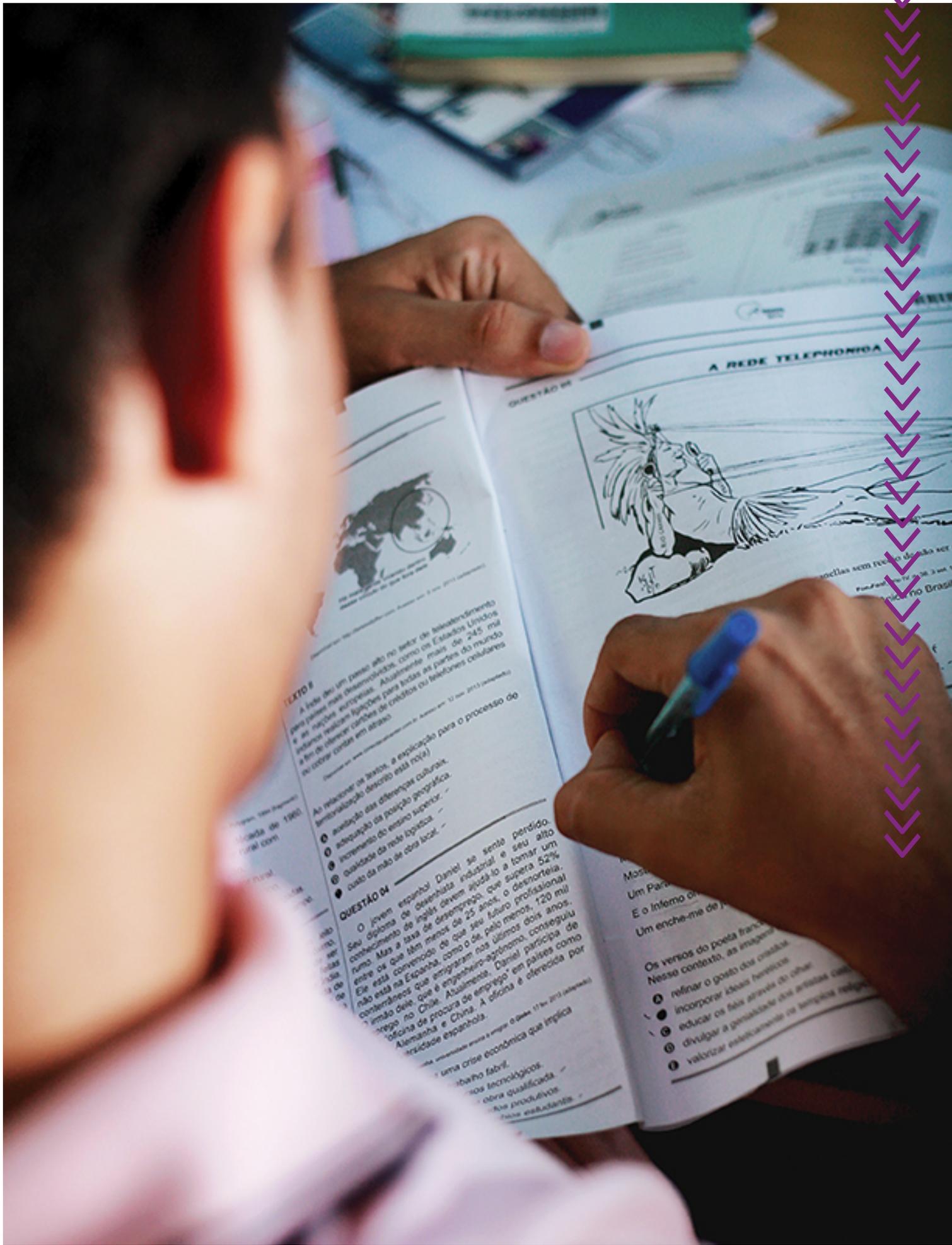
Em Matemática, o Espírito Santo também se destaca das médias nacionais: em 2019, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, a diferença foi de 4,6 pontos percentuais a mais para o Estado capixaba, enquanto, nos Anos Finais, essa diferença foi de 5,1 pontos percentuais. No Ensino Médio, o Espírito Santo despontou com 6,6 pontos percentuais acima da média brasileira.



FONTE: MEC/Inep/Daeb – Microdados do Saeb e Anuário Brasileiro da Educação Básica 2021. Elaboração: Todos Pela Educação



15 > O indicador de distorção idade-série mensura a proporção de alunos que estão com dois anos ou mais de atraso em sua trajetória escolar.





Nos capítulos anteriores, foram apresentadas as principais características da Educação capixaba e os avanços nos resultados que o Estado vem atingindo ao longo dos últimos anos, especialmente na aprendizagem do Ensino Médio. Neste capítulo, o principal objetivo é apontar os caminhos percorridos pelo Espírito Santo para atingir esse patamar. Para cumprir este desafio, o capítulo está organizado em duas seções, além desta:

> 3.1

A seção 3.1 traz as premissas da gestão educacional no Espírito Santo. As premissas são elementos transversais que norteiam a formulação e a implementação das políticas educacionais da rede. Assim, o foco está muito mais no **como** e quais elementos foram levados em conta para a construção das políticas do que em quais políticas foram implementadas;

> 3.2

A seção 3.2 traz as principais políticas educacionais do Espírito Santo. O foco está **em quais políticas foram implementadas**, a descrição das suas partes e o processo de formulação e de implementação ao longo do tempo.

Foram escolhidas quatro principais políticas, sendo que três são voltadas para escolas da Rede Estadual e uma para o suporte às redes municipais do Estado, conforme mostra a figura 2.

FIGURA 2 » PRINCIPAIS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO



Elaboração: Todos Pela Educação.

Para facilitar a análise das políticas, dividiu-se a descrição de cada uma em três blocos:

- 1 Contexto de criação:** introduz um breve relato do diagnóstico que motivou a construção da política e sob quais condições ela foi desenhada e implementada;
- 2 Principais objetivos:** aponta os principais desafios que a política educacional busca enfrentar;
- 3 Descrição do funcionamento da política:** apresenta os principais elementos que compõem a política e um breve detalhamento sobre seus principais destaques.

Por fim, ressalta-se que este material tem como objetivo trazer um amplo panorama de como a Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo estrutura suas políticas e quais são as principais ações e iniciativas. Outros materiais já publicados, em especial documentos oficiais, que trazem maior riqueza de detalhes sobre determinadas políticas educacionais específicas do Espírito Santo, são sugeridos para aprofundamento ao longo do texto.



Observando o modelo educacional do Espírito Santo, há alguns fatores que se configuram como viabilizadores do atingimento de seus resultados educacionais. Eles não são políticas públicas em si, mas embasam e orientam as ações da Secretaria de Educação, sendo essenciais para a gestão educacional conduzida no Estado. São eles:

1 Governadores comprometidos com o avanço dos resultados na Educação

O envolvimento dos governadores nas questões educacionais é um elemento importante para o avanço dos resultados do Espírito Santo. Eles foram capazes de escolher Secretários de Educação de perfil técnico, que tiveram autonomia e suporte para exercerem o trabalho. De 2007 até hoje, a Sedu teve apenas três Secretários, que permaneceram durante os quatro anos de mandato. Além disso, os Governadores foram capazes de blindar a Secretaria de interesses puramente político-partidários. Por fim, destaca-se o envolvimento direto dos Governadores em questões educacionais que encontraram oposição de determinados grupos políticos, como a implantação das escolas em tempo integral.

2 Manutenção de uma equipe técnica da Secretaria preparada e selecionada de forma criteriosa

Um dos elementos que viabilizaram a continuidade das políticas educacionais do Estado foi a manutenção da equipe técnica da Secretaria. Mesmo com a troca de gestões, as principais lideranças foram mantidas, o que permitiu um processo de aprendizado institucional e aprimoramento das políticas. Um fato que se destaca na Educação do Espírito Santo é a instituição de processos seletivos baseados em critérios técnicos, o que contribuiu para a garantia da competência dos profissionais em posições estratégicas dentro da Secretaria. Um exemplo é a seleção dos Supervisores Escolares, responsáveis pelo apoio direto às escolas e aos diretores da rede estadual. Por fim, cabe ressaltar um esforço constante da Secretaria em fornecer oportunidades de desenvolvimento profissional para as equipes técnicas, como a oferta de cursos de pós-graduação.

3 **Gestão da Secretaria a partir de planejamento estratégico, metas claras, monitoramento e avaliação de ações**

A profissionalização da gestão pública, a eficiência do gasto público e o uso de instrumentos e ritos de gestão já bem estabelecidos no mundo organizacional são características presentes não apenas na Secretaria de Educação, mas também em toda a gestão estadual. Na Sedu, existe uma cultura de planejamento estratégico, uso de dados para tomada de decisão, estabelecimento de ações e projetos prioritários e definição de metas e indicadores. Inclusive, dentro da estrutura organizacional, existe um Escritório de Projetos, responsável por esse acompanhamento. Por fim, cabe ressaltar que este esforço não é restrito apenas ao órgão central, mas também está presente nas Superintendências Regionais e nas escolas.

4 **Inspiração em políticas educacionais que deram certo em outros contextos**

Algumas das principais políticas educacionais do Estado foram desenhadas a partir de experiências exitosas já implementadas em outros Estados. Os principais exemplos são o PAES, inspirado no Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC), do Ceará, e as Escolas de Tempo Integral no Ensino Médio, que tiveram como referência a experiência de Pernambuco. O estabelecimento de parcerias com organizações da sociedade civil foi fundamental para viabilizar a ideação e a implementação dessas políticas inspiradas nos casos de sucesso¹⁶.



16 > As principais instituições que apoiam/apoiaram a Secretaria de Educação são: Instituto Natura, Fundação Lemann e Associação Bem Comum, no PAES; Instituto Sonho Grande, Instituto de Corresponsabilidade na Educação (ICE) e Movimento Espírito Santo em Ação, nas escolas de tempo integral, e o Instituto Unibanco, no Circuito de Gestão.

3.2 > Políticas educacionais do Espírito Santo

3.2.1 > Apoio às redes municipais – Pacto pela Aprendizagem no Espírito Santo (PAES)

A > Contexto de criação do PAES

A criação do Pacto pela Aprendizagem do Espírito Santo (PAES), em 2017, foi um resultado da conjunção entre resultados educacionais desfavoráveis, comprometimento político do Governo do Estado para mudar essa realidade e de uma abertura importante para aprender com quem já vinha tendo sucesso¹⁷.

Os resultados educacionais municipais e estaduais abaixo do esperado se apresentavam como um grande desafio. Os Anos Finais não haviam batido a meta do Ideb em 2015 e, nos Anos Iniciais, apesar de atingirem a meta, a rede pública capixaba obteve resultados piores do que outros Estados com níveis socioeconômicos menores.

Além dos resultados não satisfatórios no Ideb, a rede pública do Espírito Santo ainda tinha dificuldades com a taxa de atendimento em Creches de crianças de 0 a 3 anos (31%, segundo a PNAD 2015) e de matrículas na Pré-Escola (apenas 91,1% das crianças de 4 e 5 anos estavam matriculadas). Em termos de alfabetização, segundo a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), de 2016, 52,6% dos alunos matriculados no 3º ano obtiveram um nível adequado de Leitura. Em Matemática, a porcentagem de alunos com nível adequado foi de 53,6%.

Com a pauta do regime de colaboração entre Estados e Municípios ganhando espaço no debate nacional por meio da disseminação da experiência de sucesso do Ceará, o entendimento de que a rede estadual deveria prover suporte às redes municipais para obter melhora nos indicadores educacionais ganhou força no Espírito Santo. Depois de uma visita para conhecer de perto a experiência do MAIS Paic no Ceará, a Sedu lançou o PAES em janeiro de 2017.

Para viabilizar a implementação do programa, foi firmado um Acordo de Cooperação Técnica com o Ceará e uma parceria com o Movimento Colabora e o Instituto Natura, instituições do terceiro setor. Fortemente apoiado pelo Governador, o programa foi institucionalizado pela Lei Estadual nº 10.631/2017.

A partir da criação do PAES, a Secretaria de Educação do Espírito Santo expandiu sua visão de rede e passou a se comprometer em apoiar as redes municipais na construção de uma oferta de Educação de qualidade, entendendo como sua responsabilidade a garantia de aprendizagem adequada para todas as crianças e jovens capixabas.

¹⁷ > Essa seção de contexto de criação foi baseada em “Relatório Final de Sistematização do Pacto pela Aprendizagem no Espírito Santo”, publicado pelo Movimento Colabora. Disponível em: <https://movimentocolabora.org.br/website/wp-content/uploads/2018/11/2018-11-18-relatorio-final-de-sistematizacao-do-pacto-pela-aprendizagem-no-espírito-santo_interna_v3_revfcm_revgl-1.pdf>

B > Principais objetivos do PAES

- Fortalecer a aprendizagem das crianças desde a Educação Infantil até as séries finais do Ensino Fundamental;
- Desenvolver um regime de colaboração entre o Estado e as redes municipais de ensino, colocando o Estado como um apoiador e indutor de melhorias nas redes públicas capixabas.

A partir da criação do PAES, a Secretaria de Educação do Espírito Santo expandiu sua visão de rede e passou a se comprometer em apoiar as redes municipais na construção de uma oferta de Educação de qualidade para todas as crianças e os jovens capixabas.

C > Visão sistêmica

O PAES divide-se em três eixos de trabalho que, em conjunto, formam o regime de colaboração entre os governos estadual e municipais: Apoio à Gestão, Fortalecimento de políticas pedagógicas e Planejamento e Suporte. A seguir, são detalhados os principais destaques de cada eixo:



Elaboração: Todos Pela Educação.

1. Apoio à Gestão

O eixo de apoio à gestão delinea-se a partir de ações relacionadas ao desenvolvimento de habilidades para o fortalecimento da gestão educacional: desde os espaços pedagógicos em sala de aula até a gestão da Educação nas Secretarias municipais. Contempla ações de apoio às Secretarias, mensuração e monitoramento de indicadores educacionais e uma premiação que incentiva a colaboração entre escolas.

1.1 > BOLSISTAS

Todos os Municípios que aderem ao pacto têm um auxílio financeiro de uma bolsa de R\$ 1.000 mensais, paga pelo governo estadual, para ter um servidor local exclusivo para acompanhar e apoiar a implementação das ações do PAES nas Secretarias municipais. O programa de bolsas foi institucionalizado pela Lei nº 10.880, de 19 de julho de 2018¹⁸.

A escolha do bolsista é de responsabilidade dos Municípios, a partir de um processo seletivo publicado em edital¹⁹, que deve contemplar, obrigatoriamente: análise de currículo; plano de trabalho proposto pelo candidato e entrevista.

1.2 > PAEBES ALFA

O Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo – Alfabetização (Paebes Alfa) objetiva avaliar a aprendizagem em Língua Portuguesa (Leitura e Escrita) e em Matemática das crianças do ciclo de alfabetização matriculadas nos 1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental das redes públicas capixabas.

¹⁸ > Para ver a lei, visite: <<http://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LeOr108802018.html>>

¹⁹ > Para ler um exemplo de edital já publicado, visite: <<https://www.saoroquedocanaa.es.gov.br/uploads/selecao/32/32-edital-de-selecao-de-bolsista-1624991049.pdf>>.

A avaliação é censitária e feita de forma longitudinal²⁰, para analisar de maneira mais efetiva a aprendizagem. Ela se divide em duas etapas, coletadas em diferentes tempos: a “avaliação de entrada” é feita no primeiro semestre do ano com os alunos do 1º ano; a “avaliação de saída” é feita ao final do ano letivo com os alunos dos 1º, 2º e 3º anos.

Além da avaliação em si, são utilizados questionários contextuais, respondidos por responsáveis, professores e gestão escolar, para qualificar e aprofundar os resultados²¹.

1.3 PRÊMIO ESCOLA QUE COLABORA

Com o objetivo de valorizar a gestão educacional das escolas, promover apoio pedagógico e financeiro e criar incentivos para melhorarem seus indicadores educacionais, o Governo do Estado criou o Prêmio Escola que Colabora, institucionalizado pela Lei nº 10.880, de 19 de julho de 2018²².

Inspirado no Prêmio Escola Nota 10 feito pelo Ceará, o Prêmio Escola que Colabora está previsto para ter a sua primeira edição em 2022. O prêmio destina-se às escolas públicas de Ensino Fundamental que tenham obtido os melhores resultados de aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática, calculados a partir da avaliação PAEBES. É um prêmio em dinheiro, no valor de R\$ 70.000,00, distribuído em duas parcelas anuais (75% e 25%). São premiadas as 50 melhores escolas, sendo excluídas aquelas que já ganharam no ano anterior.

As escolas vencedoras, além de ganharem o prêmio financeiro, se comprometem com ações de cooperação técnico-pedagógica com escolas, apontadas pela Secretaria de Educação dos Municípios, que tenham apresentado os piores resultados.

2. Fortalecimento de políticas pedagógicas

No eixo de Fortalecimento de políticas pedagógicas estão as ações que envolvem diretamente o aspecto pedagógico nas escolas. Contempla ações de formação, monitoramento, avaliação e apoio e disseminação de boas práticas.

2.1 OFERTA DE MATERIAIS DIDÁTICOS

Anualmente, são distribuídos às escolas de Anos Iniciais do Ensino Fundamental materiais didáticos para os 1º, 2º e 3º anos, focados no processo de alfabetização: o “Coleção PAES”. Os materiais distribuídos para os 1º e 2º anos foram fruto de um trabalho de adaptação do material didático do Ceará, feito pela Secretaria de Educação do Espírito Santo. O material didático previsto para o 3º ano foi produzido, na íntegra, pela Secretaria, com assessoria da Associação Bem Comum²³, que apoia diversas ações no âmbito do PAES.

2.2 FORMAÇÃO CONTINUADA

A formação de professores é prevista pela Proposta de Política para a Formação de Professores para o Estado do Espírito Santo, estabelecida em 2018, e se viabiliza nas redes municipais via PAES. São contemplados professores em exercício e responsáveis pela formação dos professores das redes municipais. A proposta prevê ações de curto, médio e longo prazos e deverá ser revisada em um prazo de cinco anos²⁴. O foco das formações do PAES está no uso dos materiais didáticos em sala de aula e na compreensão dos resultados do PAEBES para intervenção pedagógica.

Para fortalecer as políticas pedagógicas dos municípios, o PAES contempla a distribuição de material didático próprio para a alfabetização, além de formação continuada focada nos resultados educacionais.

20 > A avaliação longitudinal avalia os alunos ao longo dos três primeiros anos do Ensino Fundamental, permitindo um acompanhamento do desenvolvimento desses alunos ano a ano.

21 > Para saber mais, visite: <<https://sedu.es.gov.br/paebes-alfa>>.

22 > Para ver a lei, visite: <<http://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LeOr108802018.html>>. Para ver o Decreto nº 4.965 - R, de 14 de setembro de 2021, que regulamenta a premiação, visite: <<https://leisestaduais.com.br/es/decreto-n-4965-2021-espirito-santo-regulamenta-o-premio-escola-que-colabora-instituido-pela-lei-no-10-880-de-19-de-julho-de-2018-alterada-pela-lei-no-11-324-de-12-de-julho-de-2021-no-ambito-do-pacto-pela-aprendizagem-no-espirito-santo-paes>>

23 > A Associação Bem Comum é uma instituição do terceiro setor que atua junto ao poder público de vários Estados na implementação de políticas públicas que visam melhorar a Educação Pública para crianças e adolescentes mais vulneráveis. Para saber mais, visite: <<https://abemcomum.org>>

24 > Para saber mais, visite: <https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/Doc_Politica_Formacao_de_Professores_do_ES.PDF>

3. Planejamento e Suporte

O terceiro e último eixo se relaciona com a reorganização da oferta de Educação pública nos Municípios, compreendendo ações de apoio financeiro, necessidade de expansão e reforma da rede de Educação Infantil e otimização de recursos didáticos, humanos e materiais.

3.1 FUNPAES

Um dos principais aspectos do PAES é o Fundo do Pacto pela Aprendizagem no Espírito Santo (FUNPAES), distribuído pelo Estado para apoiar os Municípios na reforma, ampliação e construção de escolas, bem como na aquisição de bens e equipamentos escolares.

Instituído pela Lei nº 10.787, de 18 de dezembro de 2017, inicialmente, o fundo era destinado exclusivamente à Educação Infantil. Em 2021, as possibilidades de uso se expandiram também para o Ensino Fundamental e compra de equipamentos relacionados à Educação²⁵. Para pleitear os recursos do FUNPAES, os Municípios devem apresentar um Plano de Aplicação, a ser aprovado por um Comitê Deliberativo estabelecido no edital. O Governo do Estado anunciou o valor de R\$ 200 milhões para o edital de 2021²⁶.

3.2 COPAES

Com o papel de coordenar as ações do PAES, garantindo alinhamento e coerência, foi criada a Coordenação do Pacto pela Aprendizagem do Espírito Santo (COPAES), além de Núcleos de Apoio às ações do PAES (NUPAES) nas Superintendências Regionais de Educação (SRE) e nos Municípios. A COPAES é vinculada diretamente ao gabinete do Secretário de Educação e acompanha todas as ações do PAES que se desenvolvem nas diversas subsecretarias e são operacionalizadas nos Municípios.

3.3 ICMS

Inspirado no exemplo do Ceará, o Espírito Santo aprovou, em 2020, a alteração das regras de distribuição da cota-parte municipal do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). O ICMS é um imposto cuja arrecadação é estadual, mas que 25% do valor arrecadado deve ser repassado aos Municípios²⁷.

Uma das principais ações do PAES, o FUNPAES é um importante apoio financeiro aos municípios para expansão e reforma da sua rede educacional e aquisição de equipamentos escolares.

No Espírito Santo, é utilizado o Índice de Participação dos Municípios (IPM). Do montante total, 75% têm como base a proporção do Valor Adicionado Fiscal (VAF) nas operações e prestações relativas ao imposto em cada cidade²⁸. Para os 25% restantes, existem cinco critérios para direcionar os recursos aos Municípios:

- Índice de Qualidade Educacional (IQE);
- Comercialização de produtos agrícolas, agropecuários e hortigranjeiros;
- Quantidade de propriedades rurais;
- Prestação de serviços de saúde;
- Tamanho do território de cada uma das 78 cidades.

O IQE é calculado a partir de três indicadores²⁹:

- Proficiência média anual dos alunos das escolas municipais em Língua Portuguesa e em Matemática no PAEBES;
- Percentual da participação dos alunos no PAEBES e a distribuição nos padrões de proficiência (“abaixo do básico”, “básico”, “proficiente” e “avançado”);
- Taxa média de aprovação nas escolas do Ensino Fundamental da rede municipal de ensino.

Com a mudança, o IQE passou a ser incluído como critério para a distribuição dos recursos, que, atualmente, é de 6%, e será gradualmente aumentado, chegando a 12% do rateio em 2026. A mudança tem como objetivo incentivar os Municípios a investirem na melhoria dos resultados educacionais.

25 > Para saber mais, leia o decreto, publicado em 2021, que regulamenta o PAES: <<https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/Portarias%20e%20Editais/2021-06-18%20-%20Decreto%204.907-R%20-%20Decreto%20FUNPAES.pdf>>

26 > Para ler o Edital de 2021, visite: <<https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/EDITAL%20001-2021%20FUNPAES%20Retificado.pdf>>

27 > Definição dada pela Emenda Constitucional nº 108/2020.

28 > Para saber mais, visite: <<https://www.al.es.gov.br/Noticia/2020/12/40289/icms-governo-muda-regras-de-distribuicao.html>>

29 > Fonte: <<https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LEI112272020.html>>



QUADRO 1 » PARA SABER MAIS

Programa Capixaba de Fomento à Implementação de Escolas Municipais de Ensino Fundamental em Tempo Integral (PROETI)

Dentro do contexto de apoio estadual aos Municípios, em 2021, foi lançado o PROETI, institucionalizado pela Lei nº 11.396, de 8 de setembro de 2021³⁰. O PROETI repassa recursos financeiros diretamente aos Municípios para a ampliação da oferta escolar em tempo integral para o Ensino Fundamental e o apoio técnico-pedagógico com capacitação e formação para professores e gestores escolares. O programa é firmado por meio de um termo de compromisso com

os Municípios, que devem apresentar um plano de implementação, garantindo a oferta de atendimento em tempo integral para o Ensino Fundamental a partir do ano subsequente.

O valor do repasse financeiro é proporcional ao número de alunos e tem como base de cálculo o valor de R\$ 3 mil por aluno matriculado, por ano, durante três anos. O investimento previsto é de R\$ 270 milhões por todo o período, com a oferta de 30 mil vagas por ano³¹.

3.2.2 > Rede Estadual – Suporte pedagógico

A > Contexto de criação

Um dos fatores mais importantes para o sucesso do Espírito Santo é uma gestão pedagógica coerente e voltada para a aprendizagem dos estudantes. O suporte pedagógico é formado por uma série de elementos disponibilizados aos professores para entrarem em sala de aula mais preparados para ensinar de forma efetiva. Alguns exemplos desses elementos são o currículo, as formações, os materiais didáticos, as avaliações e os programas de reforço e recuperação.

O marco inicial desse processo foi o ano de 2009, em que ocorreu a definição do Currículo Básico Escola Estadual (CBEE) e a adequação do Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo (Paebes) ao novo referencial curricular. Sendo assim, o Espírito Santo foi um dos primeiros Estados a estabelecer um currículo por áreas de conhecimento e a garantir um instrumento avaliativo de larga escala para avaliar o desempenho dos estudantes nos principais componentes do currículo. Desde então, a Secretaria vem empreendendo um esforço contínuo para aprimorar e articular as diversas políticas de suporte pedagógico de forma coerente.

30 > Lei disponível em: <<https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/Lei%20PROETI-1.pdf>>

31 > Para saber mais, visite: <<https://sedu.es.gov.br/proeti>>

B > Principais objetivos

- Garantir uma gestão pedagógica de qualidade e coerente para todas as escolas da rede pública estadual, que impacte positivamente a aprendizagem dos estudantes;
- Fornecer elementos e subsídios articulados e de qualidade para que os professores entrem em sala de aula mais preparados para ensinar de forma efetiva.

C > Descrição do funcionamento da política

A imagem abaixo resume a interação entre os elementos do suporte pedagógico na rede estadual do Espírito Santo. Em seguida, será explorado de forma mais detalhada cada um dos cinco elementos.

FIGURA 4 » ELEMENTOS DO SUPORTE PEDAGÓGICO



Elaboração: Todos Pela Educação.

O Espírito Santo foi um dos primeiros estados a estabelecer um currículo por áreas de conhecimento e a garantir um instrumento avaliativo de larga escala para avaliar o desempenho dos estudantes nos principais componentes do currículo.

1. Definição do currículo

Em 2009, a Secretaria Estadual de Educação construiu o CBEE para o Ensino Médio e os Anos Finais do Ensino Fundamental. O documento foi dividido por quatro áreas do conhecimento (Linguagens, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Matemática). Essa definição foi um elemento importante para os bons resultados do Espírito Santo, especialmente no Ensino Médio, na medida em que, no início dos anos 2010, eram poucas as redes estaduais que haviam definido, com clareza, os objetivos de aprendizagem para cada ano e área do conhecimento.

A partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)³², o Estado iniciou um processo de construção dos referenciais curriculares para a Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, além da revisão do currículo dos Anos Finais e do Ensino Médio.

EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

- O referencial curricular estadual³³, construído em regime de colaboração com os Municípios, foi homologado no final de 2018;
- Dos 78 Municípios do Espírito Santo, 73 aderiram totalmente ao referencial curricular estadual,³⁴
- A implementação dos novos currículos nas escolas estaduais e municipais foi iniciada em 2019, com a revisão das Propostas Político-Pedagógicas das escolas.

ENSINO MÉDIO

- O Conselho Estadual de Educação aprovou, em janeiro de 2021, o novo currículo do Ensino Médio;
- Já foram definidos os dez itinerários formativos de aprofundamento que serão disponibilizados aos estudantes na parte flexível do currículo³⁵, de acordo com o disposto na Lei nº 13.415/2017, que trata sobre as mudanças do Novo Ensino Médio;

- A implementação do Novo Ensino Médio começou em 2019 na rede estadual, com 17 escolas-piloto, que tiveram ampliação da carga horária (1.000 horas anuais) e inclusão dos componentes integradores de Projeto de Vida e Eletivas na parte diversificada do currículo;
- A previsão é que o novo currículo comece a ser implementado, em 2022, na 1ª série do Ensino Médio, em 2023, na 2ª série, e, em 2024, na 3ª série.³⁶

2. Materiais pedagógicos

Além da definição de um currículo, é muito importante que as Secretarias de Educação disponibilizem materiais e recursos pedagógicos de qualidade para apoiar os docentes em sala de aula. Pensando nisso, o Espírito Santo criou o Portal Sedu Digital, em 2016. Por meio dessa iniciativa, são disponibilizados vários materiais de apoio, como planos de aula, materiais complementares, cursos e ferramentas para suporte aos docentes e aos alunos.

Um dos principais destaques é a plataforma Currículo Digital Interativo³⁷. Essa ferramenta permite que os professores tenham acesso a planos de aula alinhados aos objetivos de aprendizagem do currículo e que trazem uma série de sugestões de recursos para serem usados em sala de aula (atividades, vídeos, avaliações etc.). As plataformas do Sedu Digital são de fácil navegabilidade e permitem que os professores compartilhem materiais e troquem experiências com os pares.

A Secretaria não envia materiais impressos específicos para as escolas estaduais, tais como apostilas e sequências didáticas. Para este fim, são utilizados os livros do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que são escolhidos pelas próprias escolas.

32 > A BNCC é o documento normativo que define o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica brasileira. A BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental foi homologada em 2017 e a do Ensino Médio em 2018. A partir deste documento norteador, os Estados e os Municípios iniciaram um processo de revisão dos seus currículos.

33 > Para conhecer o currículo do Espírito Santo para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, acesse: <https://sedu.es.gov.br/curriculo-do-espírito-santo>.

34 > Fonte: <https://observatorio.movimentopelabase.org.br/indicadores-curriculos-de-ei-ef-estado/?uf=ES>.

35 > Para conhecer os dez itinerários ofertados, acesse: <https://novoensinomedio.sedu.es.gov.br/catalogo-dos-itinerarios-formativos-de-aprofundamento>

36 > Para ver o cronograma completo de implantação do Novo Ensino Médio Capixaba, acesse: <https://novoensinomedio.sedu.es.gov.br/cronograma-de-implantacao>

37 > Para conhecer em detalhes a plataforma, acesse: <https://curriculointerativo.sedu.es.gov.br/>.

3. Sistema de avaliações

Um outro elemento importante para o sucesso do Ensino Médio capixaba é a estruturação de um robusto sistema de avaliações, que permite um monitoramento contínuo da aprendizagem dos estudantes. As avaliações externas são centrais para apoiar os professores e as escolas na identificação de quais alunos precisam de

mais suporte e dos objetivos de aprendizagem que precisam ser trabalhados de forma mais assertiva. Os dois principais instrumentos avaliativos da rede estadual são o Paebes e a Avaliação Interna Trimestral Diagnóstica de Aprendizagem (conhecida como Paebes Tri), que possuem objetivos e propósitos distintos³⁸. A tabela abaixo resume essas diferenças:

TABELA 3 » PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO PAEBES TRI E DO PAEBES

| CARACTERÍSTICAS | PAEBES TRI | PAEBES |
|----------------------------|--|--|
| Tipo de avaliação | Avaliação formativa ³⁹ , criada em 2015. | Avaliação somativa ⁴⁰ , criada em 2000, e com formato atual desde 2009. |
| O que avalia? | Língua Portuguesa e Matemática. | <ul style="list-style-type: none">• 5º ano – Língua Portuguesa e Matemática.• 9º ano – Língua Portuguesa e Matemática. Em anos pares, avalia-se História e Geografia. Em anos ímpares, Ciências.• 3ª série do Ensino Médio – Língua Portuguesa e Matemática. Em anos pares, avalia-se História e Geografia. Em anos ímpares, Ciências da Natureza (Física, Química e Biologia). |
| Quais anos avalia? | Avaliação censitária. Participam todos os alunos matriculados no Ensino Médio na rede pública (1ª, 2ª e 3ª séries) | Avaliação censitária. Participam os alunos da rede estadual do 5º e 9º anos do EF e da 3ª série do EM. Redes municipais e privadas participam por adesão. |
| Periodicidade | Trimestral, realizada ao final de cada trimestre do ano letivo. | Anual. Realizada no final do ano letivo. |
| Modelo da avaliação | Múltipla escolha, com resultados analisados pela Teoria Clássica dos Testes (TCT ⁴¹). | Múltipla escolha, com resultados analisados pela Teoria de Resposta ao Item (TRI ⁴²). |

O Paebes tem como função subsidiar diagnósticos, construção de metas e planos de ação das escolas, das regionais e da Sedu. Assim, é um instrumento central para monitorar os avanços educacionais das escolas e da rede como um todo.

Já o Paebes Tri tem como objetivo principal proporcionar aos professores e aos gestores das escolas da rede estadual um conjunto de informações sobre a aprendizagem dos estudantes de Ensino Médio ao longo do ano letivo. A plataforma da avaliação mostra para os docentes os resultados

dos alunos e da turma em cada um dos descritores, apontando aqueles que precisam de maior atenção. Este diagnóstico permite intervenções imediatas no processo formativo e mudanças de rota no planejamento pedagógico.

Portanto, é uma avaliação com devolutiva mais rápida para as escolas, o que é central para viabilizar o Circuito de Gestão, detalhado na próxima seção. Além disso, a nota do aluno no Paebes Tri é contabilizada como parte da nota do estudante no trimestre na disciplina avaliada.

38 > Além desses dois instrumentos, há o Paebes Alfa, que foi explorado na seção sobre o PAES.

39 > A avaliação formativa é realizada durante o processo de ensino-aprendizagem, buscando detectar dificuldades suscetíveis de aparecer durante a aprendizagem, a fim de corrigi-las rapidamente. Já a avaliação somativa é realizada depois das atividades de ensino.

40 > É uma modalidade avaliativa pontual que ocorre ao fim de um processo educacional (ano, semestre, bimestre, ciclo, curso etc.). Está preocupado com resultados de aprendizagens, tendo a capacidade de, além de informar, situar e classificar o avaliado.

41 > A TCT é um método de análise de desempenho que leva em conta a quantidade de questões respondidas corretamente, sem considerar o grau de dificuldade. Isso significa que, se em uma prova de dez questões o aluno acertar seis, sua nota final é 6.

42 > A TRI é uma metodologia de avaliação que não contabiliza apenas o número total de acertos do teste. O desempenho em um teste pode ser explicado pela habilidade do avaliado e pelas características das questões (itens). Esse método é utilizado em avaliações externas de larga escala como o Saeb e o Enem.

A Secretaria está em processo de mudança do formato do Paebes Tri. A ideia agora é fazer duas avaliações ao longo do ano: uma diagnóstica, no início do ano letivo, e outra formativa, no final do segundo trimestre. Além disso, o novo instrumento avaliativo abarcará todas as disciplinas. A partir de 2022, a rede de ensino também irá iniciar um processo de avaliação de competências socioemocionais.

4. Recuperação da aprendizagem

Os processos de recuperação da aprendizagem eram um desafio na rede estadual, na medida em que cada escola fazia em um formato diferente. Essa heterogeneidade impactava os indicadores de reprovação, distorção idade-série e abandono escolar. Sendo assim, em 2017, a Sedu resolveu criar um procedimento padronizado para a recuperação da aprendizagem, a ser utilizado por todas as escolas da rede estadual⁴³.

O procedimento prevê que os estudantes sejam classificados ao longo do ano letivo, a partir dos resultados das avaliações, tanto externas como as feitas pelos docentes nas escolas. Os alunos que não estão atingindo o desempenho mínimo necessário para aprovação têm acesso a quatro tipos distintos de recuperação, com características específicas:

- **Recuperações Paralelas (RP):** acontecem ao longo de cada trimestre letivo, de forma imediata ao se identificar dificuldades de aprendizagem;
- **Recuperações Trimestrais (RT):** ocorrem ao final dos dois primeiros trimestres letivos, quando a RP não for suficiente para que se alcance o resultado satisfatório;
- **Recuperação Final (RF):** realizada no final do ano letivo, destinada para os estudantes que não alcançaram o mínimo da pontuação necessária na disciplina para avançar de ano diretamente;
- **Estudos Especiais de Recuperação (EER):** começam no final do segundo trimestre letivo e são ofertados aos estudantes que não alcançaram notas suficientes para avançar de ano nos dois primeiros trimestres.

A estruturação de um modelo padronizado e com diretrizes claras para as escolas é fundamental para que o processo de recuperação da aprendizagem ocorra de forma efetiva. Essa política teve papel importante nos indicadores de rendimento e de desempenho na rede de ensino, que passaram a melhorar de forma simultânea a partir de 2015.

5. Formação continuada

A formação continuada é um dos principais elementos do suporte pedagógico oferecido pela Secretaria aos docentes da rede estadual. É neste momento que os professores têm a oportunidade de se desenvolver profissionalmente, interagir com seus pares e aprimorar sua prática pedagógica. Alguns elementos importantes para viabilizar uma formação continuada de qualidade estão presentes na rede estadual do Espírito Santo:

- O tempo destinado às horas-atividade (correspondente a um terço da carga horária semanal, no qual está incluso o tempo para a formação) é obrigatoriamente cumprido na escola⁴⁴;
- É estabelecido que todos os professores da rede de ensino de uma mesma área de conhecimento cumpram a carga horária de formação continuada no mesmo dia da semana. Essa medida favorece a integração e a troca de experiências entre pares das mesmas áreas de conhecimento, o que é um elemento central para uma formação continuada de qualidade;
- Para cada área de conhecimento, cada escola conta com um Professor Coordenador de Área (PCA). Este profissional é um professor da escola que tem parte da sua carga horária semanal reservada para liderar a formação entre seus pares. Esses docentes trabalham em parceria com a coordenação pedagógica e recebem formações específicas para atuar na função;
- A Secretaria Estadual possui dentro da sua estrutura organizacional o Centro de Formação dos Profissionais da Educação do Espírito Santo (CEFOPE). Esta unidade tem como função principal planejar, coordenar, executar, acompanhar e avaliar as diversas estratégias de formação continuada dos profissionais da Educação;

43 > A Portaria nº 065-R/2017 dispôs a recuperação como um direito de todos os alunos e a obrigatoriedade da oferta pelas escolas. Na portaria, são estabelecidos os quatro tipos de recuperação e são definidos os papéis dos diferentes atores para que este processo ocorra de forma efetiva nas escolas. Fonte: <https://ioes.dio.es.gov.br/ver-flip/3789/#/p:36/e:3789?find=PORTARIA%20N%C2%BA%20065-R>.

44 > Definição estabelecida por meio da Lei nº 9.770/2011.

- Em 2018, a Sedu criou uma política de formação para os professores do Espírito Santo, em que constam dez estratégias para ampliar a qualidade da formação continuada na rede estadual⁴⁵.

Desde o início da pandemia, a Secretaria tem apostado na disponibilização de cursos autoinstrucionais *online* de diversas temáticas para os profissionais da rede de ensino. Mesmo com a retomada das aulas presenciais, a atual gestão pretende seguir

aprimorando a lista de cursos e disponibilizá-los não apenas aos docentes da rede estadual, mas também aos das redes municipais⁴⁶.

Esta seção tratou sobre o suporte pedagógico oferecido aos docentes para a atuação em sala de aula. O quadro 2 traz um detalhamento sobre as condições de seleção, contratação e remuneração dos professores da rede de ensino.



QUADRO 2 » PARA SABER MAIS

Seleção, modelo de contratação e remuneração de professores

MODELO DE CONTRATAÇÃO

- A rede estadual capixaba conta com 11.875 professores em regência de classe, sendo que 7.331 são contratados (62%) e 4.544 são efetivos (38%). Está entre as redes estaduais que mais utilizam essa modalidade de contratação para docentes⁴⁷;
- No período 2015-2018, os contratos temporários de professores passaram a ter duração de até quatro anos, sendo que a permanência na escola de um ano para o outro era concedida a partir da avaliação do diretor da escola.

SELEÇÃO

- Ainda que os temporários sejam fundamentais e permitam uma relativa flexibilidade na gestão dos recursos humanos, a Sedu vem buscando aumentar o quantitativo de professores efetivos;
- O último concurso público, em 2018, contou com três etapas: provas objetivas, discursivas e didática.
- Em relação à contratação de temporários, ocorre por processo seletivo simplificado, que contabiliza a pontuação do candidato a partir dos títulos e experiência profissional.

REMUNERAÇÃO

- Em relação à remuneração dos professores, o Espírito Santo cumpre o Piso Salarial do Magistério⁴⁷;
- Além disso, a rede estadual oferece uma remuneração variável chamada de bônus desempenho. A remuneração, que pode alcançar até 1,5 salário adicional por ano, é calculada a partir de indicadores de desempenho individual e coletivo da unidade em que o docente está alocado.

⁴⁵ > Disponível em: https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/PORTARIA%20N%C2%BA%20185-R_Politica%20de%20Forma%C3%A7%C3%A3o%202018.pdf.

⁴⁶ > Para saber mais sobre os cursos disponibilizados pelo CEFOPE, acesse: <http://cursos.sedu.es.gov.br/>.

⁴⁷ > Dados do Censo Escolar 2020. Em média, as redes estaduais brasileiras têm 40% dos professores com contratos temporários.

3.2.3 > Rede Estadual – Circuito de Gestão

A > Contexto de criação do Circuito de Gestão

O Circuito de Gestão é o método de gestão e monitoramento de resultados educacionais implementado a partir do apoio do Programa Jovem de Futuro (PJF), do Instituto Unibanco (IU). A Sedu iniciou a implementação do programa em parceria com o IU, em 2015, nas escolas de Ensino Médio. Antes disso, já havia sido implementado em Goiás, Ceará, Mato Grosso do Sul, Pará e Piauí.

Visando melhorar os resultados no Ensino Médio, o Espírito Santo iniciou o Circuito de Gestão em 151 escolas de Ensino Médio, no primeiro ano de implementação. Atualmente, o Circuito está presente em 274 escolas de Ensino Médio⁴⁸ da rede estadual (sendo 221 de Ensino Médio Regular e 53 escolas de Ensino Médio em Tempo Integral). Em 2020, iniciou-se a implementação também em escolas que atendem estudantes dos Anos Finais do Ensino Fundamental. Além disso, em 2018, o Circuito de

Gestão foi institucionalizado como a metodologia de monitoramento pedagógico dos resultados das escolas de Ensino Médio da rede estadual⁴⁹.

O Circuito de Gestão consiste em uma ferramenta de apoio à gestão educacional em seus três níveis (Secretaria, Superintendências Regionais e Escolas), de modo a permitir que a gestão atue de forma eficiente e orientada para resultados. O método consiste em uma adaptação do ciclo PDCA (em Inglês: *plan, do, check and act*; em Português: planejar, fazer, checar e agir) para o contexto educacional brasileiro.

Desde 2015, ano de implementação do programa, os resultados educacionais do Ensino Médio capixaba vêm aumentando de forma significativa, conforme apontado no capítulo 2. O Circuito de Gestão é reconhecido por atuais e ex-lideranças da Secretaria como um dos elementos centrais para os resultados atingidos.

B > Principais objetivos

- Apoiar a gestão educacional nos seus três níveis, por meio de ferramentas, sistemas, plataformas e formações para que atuem de forma orientada para resultados, buscando o aprimoramento contínuo das ações e a melhoria dos resultados educacionais;
- Melhorar a aprendizagem dos estudantes, aumentar o número de estudantes que concluem o Ensino Médio e reduzir as desigualdades educacionais nas escolas.

⁴⁸ > Este número representa 96,5% das escolas e 99,5% das matrículas de Ensino Médio da rede estadual. Fonte: https://www.institutounibanco.org.br/wp-content/uploads/2021/02/IU-Relatorio_atividades_ES_2020.pdf.

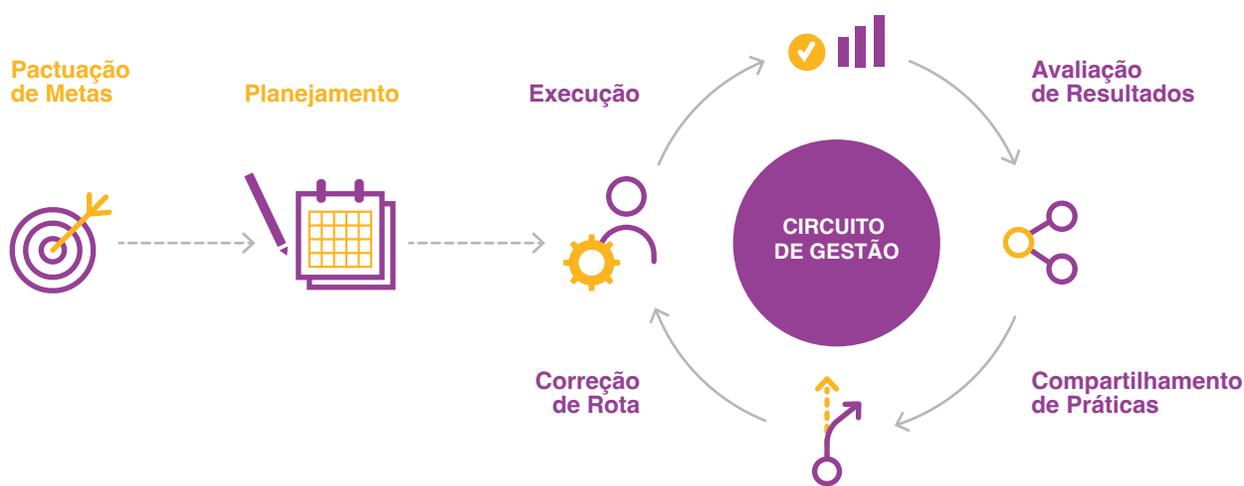
⁴⁹ > Ver a Portaria nº 034-R/2018. Disponível em: <https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/034-R-ESTABELECE%20PERFIS%20E%20ATRIBUI%20C3%87%20C3%95ES%20PROFISSIONAIS%20QUE%20COMP%20C3%95EM%20EQUIPE%20T%20C3%89CNICO-PEDAG%20C3%93GICA%20UNIDADES%20ESCOLARES%20P%20C3%95ABLICAS%20ESTADUAIS.pdf>.

C > Descrição do funcionamento da política

O Circuito de Gestão é composto por seis etapas, em um ciclo que se repete três vezes durante o ano letivo. Os ciclos ocorrem nas três instâncias da gestão educacional (no órgão central da Sedu, nas 11 Superintendências Regionais do Estado e nas escolas). Na figura abaixo, são expostas as seis etapas do ciclo, que serão detalhadas em seguida.

O Circuito de Gestão é uma ferramenta de apoio à gestão educacional, uma adaptação do ciclo PDCA para o contexto educacional brasileiro.

FIGURA 5 » ETAPAS DO CIRCUITO DE GESTÃO



FONTE: Relatório de atividades "Jovem de Futuro" no Espírito Santo, em 2020

Pactuação de metas

Em parceria com o IU, a Secretaria de Educação define, no início do ano, uma meta para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do Espírito Santo (Ideb), que funciona como um preditor para os resultados do Ideb⁵⁰. Essa meta permite o estabelecimento de um objetivo comum, que estrutura todo o circuito.

A partir dessa definição, a meta é desdobrada para as 11 Superintendências Regionais (SREs), sendo estabelecida a contribuição de cada uma para a meta estadual. Depois, cada uma das SREs pactua com as

escolas da sua área de atuação uma meta específica. Por fim, cabe à equipe gestora das unidades escolares pactuar a meta da escola com a equipe e a comunidade escolar.

Esse processo de definição e pactuação de metas é feito a partir das condições de cada escola e de cada SRE, sendo que as metas estabelecidas são diferentes entre si. Além disso, existe uma visão de diminuição de desigualdade, de modo que as escolas que têm resultados piores precisam avançar mais e têm metas mais ousadas. Essas unidades são consideradas prioritárias e recebem apoios específicos das SREs e da Sedu.

⁵⁰ > Os componentes deste índice são os mesmos que os do Ideb (indicadores de rendimento e desempenho), mas para os de desempenho são utilizados dados do Paebs, já que a avaliação ocorre anualmente, enquanto o Saeb é a cada dois anos.

Planejamento

Uma vez pactuada a meta nos três níveis no início do ano, são definidos os indicadores que nortearão o monitoramento da meta. São utilizados quatro indicadores:

- **Rendimento**
 - > Taxa de aprovação;
 - > Taxa de reprovação;
- **Desempenho**
 - > Nível de proficiência em Matemática;
 - > Nível de proficiência em Língua Portuguesa.

As escolas têm acesso ao Sistema de Gestão para o Avanço Contínuo da Educação (Sigae), disponibilizado pelo IU, em que conseguem visualizar como estão em relação às escolas da rede e regionalmente, em cada um dos quatro indicadores. A partir disso, conseguem identificar os indicadores mais críticos e fazer uma análise sobre o problema e as causas desses resultados. Por fim, após este amplo processo de diagnóstico, a escola propõe e elabora um plano de ação, que é inserido no Sigae ainda nos primeiros meses do ano. A partir dos planos de ação das escolas, as SREs também elaboram um plano de ação.

Execução

Com a definição do plano de ação, as escolas colocam em prática as ações planejadas, com o suporte dos Supervisores Escolares da SRE. Esses profissionais têm como atribuição acompanhar todas as seis etapas do Circuito de Gestão nas escolas pelas quais são responsáveis (em média, duas a três escolas por Supervisor, sendo que os que atuam em escolas mais desafiadoras têm menos unidades sob a sua supervisão). Realizam o trabalho por meio de diversas visitas técnicas nas escolas ao longo do ano. Este processo contínuo de apoio e supervisão escolar é fundamental para monitorar a execução das ações previstas no plano de ação e apoiar e orientar os gestores das escolas.

Avaliação de Resultados

A partir da divulgação dos resultados do Paebes Tri, os gestores das escolas e os Supervisores fazem uma reflexão para analisar se as ações feitas estão surtindo o efeito desejado e se a escola está se aproximando ou não da meta almejada. Da mesma forma, esse processo ocorre entre os Supervisores das escolas nas SREs e na Seduc, com as lideranças das SREs. Esse processo é chamado de Sistemática de Monitoramento e Avaliação de Resultados (SMAR) e ocorre três vezes ao ano nos diferentes níveis da gestão educacional.

Compartilhamento de Práticas

A avaliação dos resultados permite a identificação de quais ações estão sendo mais efetivas nas escolas. A partir disso, as SREs promovem reuniões de compartilhamento de práticas, em que as equipes gestoras das escolas contam sobre as ações desenvolvidas e os impactos gerados. Esses momentos, que ocorrem ao final de trimestre, permitem uma troca de vivências que fortalecem o senso de rede entre os gestores, além de impulsionar o potencial das boas práticas de uma escola serem replicadas em outros contextos.

Correção de rota

Por fim, a última etapa do ciclo é composta por reuniões em que tanto as escolas como as SREs revisitam o seu plano de ação a partir dos aprendizados do trimestre anterior. Podem ser incluídas novas ações ou suprimidas algumas que não estejam surtindo o efeito necessário. Em caso da identificação de algum desafio que não esteja ao alcance da SRE (por exemplo, necessidade de contratação de novos professores), esse ponto é reportado à Seduc, que visa a endereçá-lo. A partir da revisão dos planos de ação, as escolas passam a implementar as ações previstas nos trimestres seguintes e todas as etapas do Circuito de Gestão são cumpridas novamente.

Com a pactuação de metas no início do ano e um intenso trabalho de planejamento, execução e correção de rota somados ao compartilhamento de boas práticas, o Circuito de Gestão é chave para entendermos o sucesso capixaba no Ensino Médio.



QUADRO 3 » PARA SABER MAIS

Seleção e formação de Diretores e Supervisores Escolares

A seleção e a formação tanto dos diretores como dos supervisores escolares são elementos fundamentais para garantir o êxito do Circuito de Gestão. Em relação à formação, esses dois grupos passam por formações específicas sobre o método do Circuito de Gestão, para compreender os ciclos, os sistemas e os mecanismos de forma adequada.

Em relação à seleção, o Espírito Santo destaca-se pelos processos seletivos criteriosos para a escolha desses profissionais que exercerão funções estratégicas dentro da rede de ensino.

No caso dos Supervisores Escolares, são profissionais efetivos da rede de ensino selecionados pela Secretaria, a partir de um processo seletivo técnico que abrange três etapas⁵¹:

- **ETAPA 1** – Inscrição, avaliação de títulos e avaliação funcional;
- **ETAPA 2** – Prova escrita sobre legislação educacional aplicada a situações práticas da vida escolar e gestão voltada para resultados de aprendizagem;
- **ETAPA 3** – Avaliação de potencial, habilidades e competências, por meio de entrevistas. As dez competências requeridas desses profissionais são previstas em Portaria específica e a avaliação é feita a partir desse referencial⁵².

Já em relação aos diretores, o processo de seleção, que ocorre quando é necessário alocar o diretor em uma escola e não por meio da construção de um banco de aprovados, conta com quatro grandes etapas⁵³:

- **ETAPA 1 – TITULAÇÃO E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL**
 - > Experiências anteriores como Diretor Escolar, Coordenador Pedagógico, PCA, Supervisor escolar ou técnico na Sedu contam pontos;
 - > Pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado) também somam na pontuação do candidato;
 - > Por fim, a participação no Curso de Formação Inicial de Diretores Escolares (Fordir)⁵⁴ também é um critério levado em conta nesta etapa. Não é obrigatório, mas soma pontos para o candidato.
- **ETAPA 2 – APRESENTAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO**
 - > Os seis candidatos com maior pontuação na etapa anterior apresentam o plano de gestão para a SRE. A banca avaliadora atribui pontuação à apresentação do plano.
- **ETAPA 3 – ENTREVISTA TÉCNICA**
 - > Os três primeiros na classificação das etapas anteriores são convocados para uma entrevista técnica com a equipe gerencial da Sedu. A entrevista é feita a partir das nove competências técnicas⁵⁵ que a Sedu tem definido para os diretores escolares.
- **ETAPA 4 – SELEÇÃO DO CANDIDATO**
 - > A partir da pontuação, a Secretaria classifica os candidatos e é escolhido para a função aquele com maior pontuação no processo seletivo.

51 > Para saber mais sobre o processo de seleção dos Supervisores, acesse o Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 16/2019, em: https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/CORRETO_EDITAL%2016%20-%202019%20-%20Sele%C3%A7%C3%A3o%20Supervisor%20Escolar.pdf.

52 > As competências são: solução de conflitos, relacionamento interpessoal, comportamento ético, trabalho em equipe, criatividade, foco em resultado, visão global, conhecimento técnico na área de Educação, comprometimento e comunicação.

53 > Para saber mais sobre o processo de seleção dos diretores, acesse o Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 01/2021, em: https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/Clipping/PS_Diretor%20Escolar_001_Maria%20de%20Lourdes%20Poyares%20Labuto.pdf

54 > O Fordir é um curso de 80 horas ofertado na modalidade a distância para os profissionais efetivos da rede que desejam tornar-se diretores.

55 > As competências são: conhecimento do trabalho, relacionamento interpessoal, autoconhecimento e equilíbrio emocional, flexibilidade, administração de conflitos e tomada de decisão, liderança, comunicação, orientação para resultados e persistência.

3.2.4 > Rede Estadual – Escolas em tempo integral

A > Contexto de criação das Escolas em tempo integral

O Plano Nacional de Educação (PNE), instituído em 2014, trouxe como uma de suas metas a ampliação do número de escolas e de matrículas em tempo integral no Brasil⁵⁶. Além disso, desde 2007, a rede estadual de Pernambuco vinha se destacando pela ampliação da rede de escolas em tempo integral no Ensino Médio e ganhando destaque nacional pelos resultados no Ideb. A partir dessa diretriz nacional e inspirado naquela experiência de sucesso, o Espírito Santo decidiu iniciar um processo de implementação de unidades neste modelo em 2015.

Essa temática esteve presente no debate eleitoral e foi uma das promessas de campanha de Paulo Hartung (PMDB), o candidato vencedor. A proposta inicial era a criação de 30 novas escolas em tempo integral (denominadas de “Escolas Vivas”) e a universalização do atendimento neste formato no Ensino Médio até 2030. Para iniciar a implementação da política, três grandes ações foram feitas:

- **Aprovação de lei** na Assembleia Legislativa para a criação do Programa de Escolas Estaduais de Ensino Médio em Turno Único⁵⁷;

- **Estabelecimento de parcerias** com organizações do terceiro setor com experiência na implementação do modelo de escolas em tempo integral em redes estaduais (Instituto Corresponsabilidade pela Educação (ICE), Instituto Natura e Instituto Sonho Grande. O parceiro local é o Movimento Espírito Santo em Ação);
- **Reorganização financeira** e otimização do gasto em diversas áreas da Secretaria⁵⁸ para garantir os recursos financeiros para a ampliação do modelo na rede de ensino.

O novo governo, que assumiu em 2019, seguiu com o compromisso de ampliação da rede de escolas em tempo integral, aprimorando o formato e garantindo uma otimização do modelo. Desde então, o Espírito Santo vem conseguindo ampliar o número de matrículas e de escolas em tempo integral. Atualmente, 11,4% das matrículas no Ensino Médio capixaba já são neste modelo, índice próximo à média nacional, de 12,4%, em 2020⁵⁹.

B > Principais objetivos

- Assegurar a formação integral dos estudantes, por meio de uma proposta pedagógica multidimensional, conectada à realidade dos jovens e ao desenvolvimento de suas competências cognitivas e socioemocionais;
- Viabilizar a ampliação da jornada escolar para garantir uma formação integral dos estudantes e um novo modelo de escola, levando a melhorias nos indicadores educacionais, tais como o rendimento e o desempenho dos alunos.

⁵⁶ > A meta 6 do PNE diz que, até 2024, o Brasil deverá ofertar Educação em Tempo Integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da Educação Básica.

⁵⁷ > Lei Complementar nº 799/2015. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/es/lei-complementar-n-799-2015-espírito-santo-altera-a-lei-complementar-n-7992015>

⁵⁸ > A Consultoria Falconi foi contratada por parceiros da Sedu na implementação do tempo integral para auxiliar a equipe do órgão central na otimização do gasto público, de modo a garantir mais recursos para a ampliação do número de vagas. Foram feitas diversas mudanças em processos como alimentação, transporte e enturmação, que permitiram uma economia de cerca de R\$ 92 milhões, destinados à ampliação do número de escolas em tempo integral.

⁵⁹ > Fonte: Censo Escolar 2020 – Inep/MEC.

C > Descrição do funcionamento da política

Para detalhar a implementação do modelo no Espírito Santo, serão destacados os três principais elementos (conforme a figura 6 aponta) que auxiliam

na compreensão da trajetória do tempo integral no Estado: expansão do atendimento, proposta pedagógica e profissionais da Educação.

FIGURA 6 » PRINCIPAIS ELEMENTOS DO TEMPO INTEGRAL NO ESPÍRITO SANTO



Elaboração: Todos Pela Educação.

Expansão do atendimento

De 2015 a 2018, foram criadas 32 escolas em tempo integral, com carga horária de 9 horas e 30 minutos diários. A tabela abaixo resume as principais características das escolas criadas neste primeiro ciclo de implantação do modelo.

TABELA 4 » PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA IMPLANTAÇÃO DE ESCOLAS EM TEMPO INTEGRAL⁶⁰ (2015 A 2018)

| | |
|-----------------------------|---|
| ANO DA IMPLEMENTAÇÃO | Das 32 escolas, uma foi implementada em 2015, quatro em 2016, doze em 2017 e quinze em 2018. |
| ORIGEM | 27 foram escolas de tempo parcial que foram transformadas em escolas de tempo integral e cinco foram novas escolas criadas pela Sedu. |
| MUNICÍPIOS | As escolas estavam em 23 dos 78 Municípios capixabas. |
| ETAPAS E MODALIDADES | 13 unidades atendem, exclusivamente, os estudantes de Ensino Médio, 14 são híbridas (Ensino Médio e Anos Finais do Ensino Fundamental, especialmente 8º e 9º anos), quatro são voltadas exclusivamente para os Anos Finais do Ensino Fundamental e uma oferta o Ensino Médio integrado à Educação Profissional. |

60 > Dados retirados do "Relatório de Gestão da Sedu – 2015 a 2018".

Por mais que a implementação das escolas tenha sido bem-sucedida e feita a partir de um processo de diálogo com as comunidades escolares, um dos principais desafios enfrentados pelo modelo de 9 horas e meia foi o fato de que muitas vagas não eram preenchidas. Muitos estudantes não se matricularam nessas escolas, por diversos motivos, como por não conhecerem o modelo e também pela carga horária diária inviabilizar o ingresso no mercado de trabalho.

Por esse motivo, e para garantir uma ampliação mais rápida do atendimento com otimização do recurso financeiro e do espaço físico das escolas da rede, a gestão atual da Seduc⁶¹ optou pela criação de mais três novos formatos para as escolas de tempo integral, de modo que, hoje, existem quatro tipos de escolas na rede estadual:

- Escolas de turno único, com carga horária de 7 horas diárias;
- Escolas de dois turnos, com carga horária de 7 horas diárias;
- Escolas com carga horária de 7 horas diárias que ofertam o Ensino Médio integrado à Educação Profissional;
- Escolas de turno único, com carga horária de 9 horas e 30 minutos (modelo criado em 2015).

Essas transformações têm sido fundamentais para permitir o avanço do modelo e ampliar o número de vagas. A tabela abaixo resume os principais números deste processo:

TABELA 5 » AVANÇO DO MODELO DE TEMPO INTEGRAL NO ESPÍRITO SANTO (2018 A 2021)⁶²

| INDICADOR | 2018 | 2021 ⁶³ | % DE CRESCIMENTO |
|---------------------------------|--------|--------------------|------------------|
| Número de escolas | 32 | 93 | 190,6% |
| Número de matrículas | 11.266 | 28.359 | 151,7% |
| Número de Municípios com oferta | 23 | 49 | 113,0% |

Proposta pedagógica

O tempo adicional é fundamental para viabilizar uma nova proposta de escola. Isso significa que não basta utilizar a carga horária estendida para “fazer mais do mesmo”, mas, sim, permitir um modelo de Educação inovador e que assegure uma formação integral aos estudantes, abarcando as diversas dimensões da vida e estimulando o desenvolvimento de competências cognitivas e socioemocionais.

Para tal, o currículo dessas escolas no Espírito Santo estrutura-se de modo a integrar uma parte baseada nos componentes do currículo comum da rede de ensino e outra parte diversificada, em que o estudante opta por cursar os componentes de acordo com as suas necessidades e interesses. Nas escolas de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, a parte diversificada é majoritariamente destinada a uma formação profissional específica que permite ao estudante ter uma habilitação profissional de nível médio⁶⁴.

61 > A nova legislação que passou a reger a política de Educação Integral do Espírito Santo é a Lei Complementar nº 928/2018. Disponível em: <http://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/lec9282019.html#a18>.

62 > Fonte: <https://www.folhavoria.com.br/geral/noticia/10/2021/casagrande-anuncia-mais-39-escolas-de-tempo-integral-no-es>. Dados oficiais disponibilizados pela Sedu.

63 > Para 2022, a previsão é de 132 escolas, 41.544 matrículas e 75 Municípios atendidos.

64 > Alguns dos cursos da formação profissional integrada ao Ensino Médio ofertados pela Sedu são: Técnico em Segurança do Trabalho, Técnico em Informática para Internet, Técnico em Administração, Técnico em Marketing, Técnico em Comércio, Técnico em Manutenção e Suporte em Informática e Técnico em Logística. Para ver a lista completa dos cursos ofertados em 2020, acesse: <https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/matrículas%20Integral.pdf>.

Os principais componentes curriculares das escolas em tempo integral são⁶⁵:

- **Projeto de vida:** componente da parte diversificada do currículo que estimula os estudantes a refletirem sobre seu futuro, seus interesses, sonhos e próximos passos, conectando com o papel da escola no seu projeto de vida;
- **Protagonismo juvenil:** a escola promove o protagonismo dos estudantes, incentivando a liderança, a criação de clubes temáticos e o engajamento no cotidiano escolar;
- **Eletivas:** oferta de atividades eletivas interdisciplinares e inovadoras que abarcam diversas temáticas conectadas às demandas e aos anseios dos estudantes;
- **Tutoria:** o desenvolvimento dos alunos é acompanhado de perto pelos professores, que atuam no suporte ao desenvolvimento integral dos jovens;
- **Aprendizado na prática:** a escola integra teoria e prática, estimulando os alunos à curiosidade científica e à autonomia no seu processo de aprendizagem, com aulas práticas e laboratórios;
- **Estudo orientado:** os alunos têm um componente curricular específico para aprender a estudar e organizar a sua vida escolar, de forma autônoma e colaborativa;
- **Acolhimento:** a equipe escolar promove o acolhimento diário dos alunos. No início do ano letivo, os alunos mais antigos promovem atividades de acolhimento das famílias e para os novos matriculados, estimulando a participação da família e dos alunos na dinâmica escolar.

Profissionais da Educação

Os diretores, coordenadores pedagógicos e professores que atuam nas escolas de tempo integral possuem jornadas completas (em média, de 35 a 40 horas semanais em uma escola) e condições de seleção e remuneração específicas.

PROFESSORES

- Para atuar em uma escola de tempo integral existe um processo seletivo específico para os docentes⁶⁶. Esse processo considera a **experiência profissional** (tempo de atuação em unidade de tempo parcial e em unidade de tempo integral), **qualificação profissional** (pós-graduação, além de pontuação adicional para quem fez o Curso de Formação Inicial do Modelo Pedagógico da Educação em Tempo Integral) e **assiduidade** nos anos anteriores (quanto menos faltas nos últimos três anos, maior a pontuação);
- A remuneração é proporcional à carga horária (exemplo: um professor efetivo que foi aprovado em um concurso para 30 horas semanais e passa a atuar em uma escola de tempo integral com carga horária de 40 horas semanais tem um acréscimo proporcional ao número de horas adicionais no seu salário).

COORDENADORES PEDAGÓGICOS

- Há um processo seletivo específico⁶⁷ que também avalia a experiência e a qualificação profissional e a assiduidade. Além disso, há uma segunda etapa, com a avaliação de competências técnicas desse profissional, por meio de entrevista;
- Os profissionais selecionados recebem uma gratificação mensal de R\$ 2.224,32, que é somada ao salário-base recebido.

DIRETOR

- Além do coordenador pedagógico, o diretor também conta com o apoio de um Coordenador Administrativo, de Secretaria e Financeiro, responsável pelas tarefas mais burocráticas da unidade escolar;
- Para as escolas integrais não há um processo seletivo específico, na medida em que a seleção de diretores para a rede estadual já é feita a partir de um processo técnico e criterioso;
- Os diretores que atuam nas escolas de tempo integral recebem uma gratificação adicional de R\$ 3.589,12.

⁶⁵ > Para saber mais, acesse: <https://sonhogrande.org/porque-ensino-medio-em-tempo-integral/pt?> e <https://icebrasil.org.br/escola-da-escolha/>.

⁶⁶ > Para saber mais, veja o Edital de Processo Seletivo nº 27/2020. Disponível em: <https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/EDITAL%20N%C2%B0%2027-2020%20-%20PROFESSOR%20%20PEDAGOGO.pdf>.

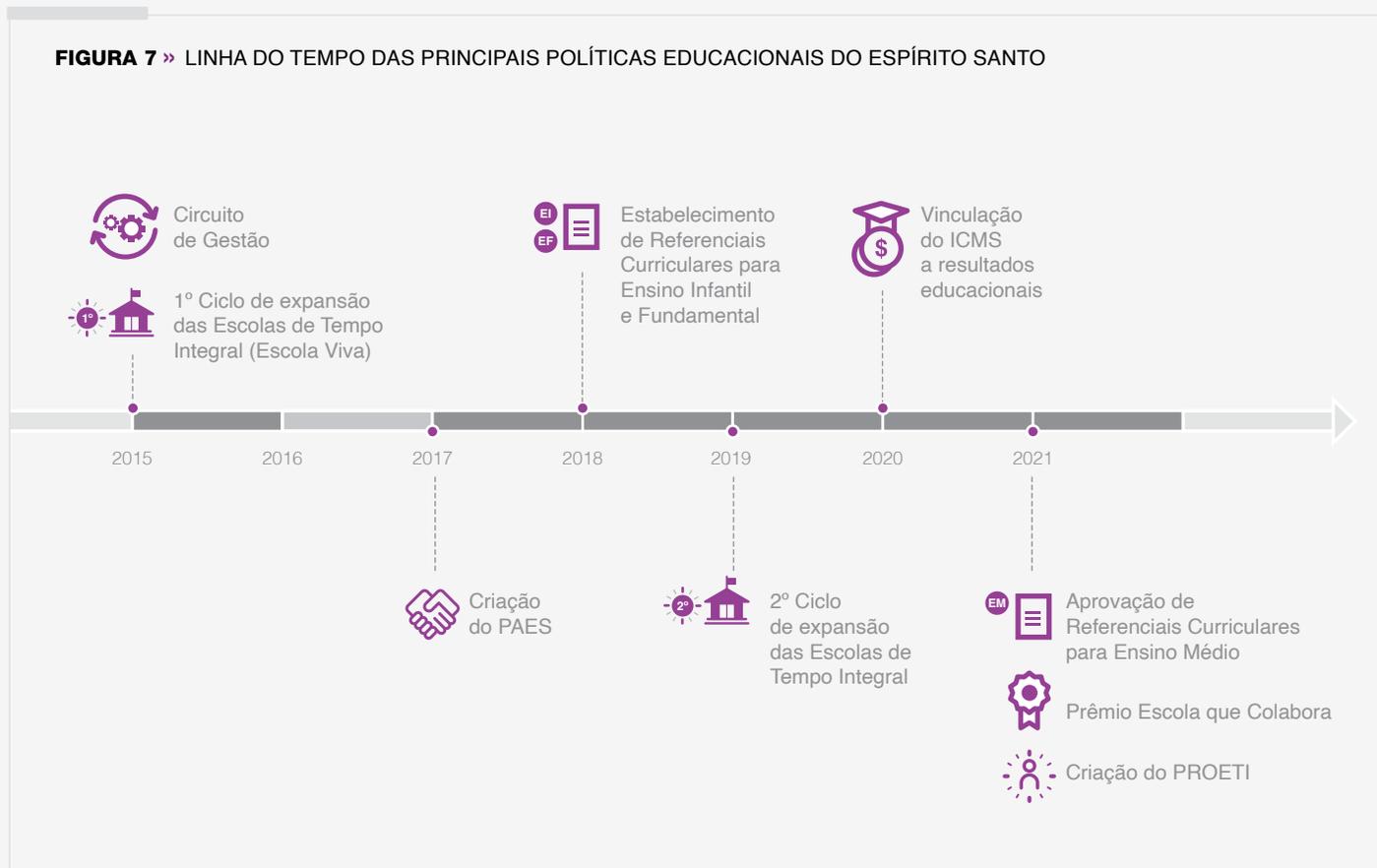
⁶⁷ > Para saber mais, veja o Edital de Processo Seletivo nº 26/2020. Disponível em: <https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/EDITAL%20N%C2%BA%2026-2020%20-%20COORDENADOR%20PEDAG%C3%93GICO.docx.pdf>

Quadro-Resumo do capítulo 3

No capítulo 3, o principal objetivo foi detalhar o funcionamento de algumas das principais políticas educacionais do Espírito Santo. Como foi abordado no capítulo 1, a transformação da Educação no Espírito Santo foi iniciada em 2003, com uma série de medidas que viabilizaram o avanço nos resultados educacionais e o destaque no Ideb do Ensino Médio a partir de 2015. Foi a partir desse ano, também, que as principais políticas estruturantes da Sedu começaram a ser implementadas.

A figura 7 resume as principais políticas que foram criadas nos últimos anos, nas últimas duas gestões que estiveram à frente da Secretaria.

FIGURA 7 » LINHA DO TEMPO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO ESPÍRITO SANTO



Elaboração: Todos Pela Educação.



> CONCLUSÃO

ESTE DOCUMENTO mostrou que os resultados de aprendizagem que o Espírito Santo tem atingido na Educação Básica nos últimos anos, especialmente no Ensino Médio, não são fruto do acaso. É o Estado em que os jovens têm os maiores níveis de aprendizagem no Ensino Médio e que tem o segundo melhor resultado no Ideb entre todos os Estados nesta etapa. Por trás desses excelentes resultados, está a estruturação de um sistema educacional robusto e coerente, que é capaz de garantir os avanços nos resultados educacionais.

Esse sistema é composto por uma série de políticas estruturantes, sendo que, neste material, são destacadas quatro principais: o PAES, o suporte pedagógico, o Circuito de Gestão e a expansão das escolas em tempo integral. Esse processo de transformação da Educação capixaba iniciou-se em 2003 e foi intensificado a partir de 2015, com a criação das principais políticas que vigoram até hoje na Secretaria. Observa-se que, desde 2003, existe uma linha de continuidade das políticas públicas educacionais, que vêm sendo aprimoradas e aperfeiçoadas ao longo dos anos.

Essa história foi e está sendo construída por diversos personagens, que vão desde Governadores que priorizaram a Educação em suas agendas, passando pelos(as) Secretários(as) e equipes técnicas da Sedu que trabalharam de forma incansável na formulação, na implementação e no aprimoramento das políticas e, principalmente, pelos diretores e professores que atuam nas escolas municipais e estaduais, atendendo diretamente os alunos. Os grandes beneficiários desse processo são os estudantes capixabas, que têm acesso a uma Educação de qualidade superior àquela oferecida para a grande maioria dos alunos do País.

Espera-se que, ao iluminar alguns dos principais fatores de sucesso do caso do Espírito Santo na Educação Básica, este documento forneça subsídios para outros atores políticos e gestores educacionais de redes municipais e estaduais do Brasil. Nos próximos anos, a mitigação dos impactos da pandemia na Educação deverá ser a tônica das ações dos sistemas educacionais. Porém, não bastarão esforços pontuais e provisórios. A estruturação de sistemas educacionais de alta qualidade, com políticas públicas mais efetivas, que cheguem às salas de aula e permitam que os estudantes aprendam mais, será fundamental. Nesse sentido, o caso do Espírito Santo pode e deve ser uma inspiração e referência para outros Estados brasileiros.

Os resultados educacionais que o Espírito Santo tem atingido na Educação Básica nos últimos anos, especialmente no Ensino Médio, não são fruto do acaso, mas sim, da estruturação de um sistema educacional robusto e coerente, capaz de garantir avanços nos resultados educacionais.



LISTA DE ENTREVISTADOS PARA A ELABORAÇÃO DESTE DOCUMENTO

Andrea Guzzo Pereira

Subsecretária de Estado da Educação Básica e Profissional na Sedu desde janeiro de 2019. Antes, exerceu diversos cargos de liderança dentro da Secretaria.

Andrea Paoliello de Freitas

Líder do Escritório de Projetos na Sedu desde janeiro de 2019. Já exerceu diversos cargos de liderança dentro da Sedu.

Andressa Buss Rocha

Subsecretária de Estado de Planejamento e Avaliação, de 2016 a 2018. Foi Assessora de Planejamento e Gestão Estratégica, de 2007 a 2014.

Haroldo Corrêa Rocha

Foi Secretário de Educação do Estado do Espírito Santo, de 2007 a 2010 e de 2015 a 2018.

Isaura Nobre

Subsecretária de Estado de Planejamento e Avaliação na Sedu desde janeiro de 2019.

Laís Costa

Atuou como Consultora de Base Territorial da Associação Bem Comum na implementação do PAES, de 2019 a 2021.

Luciano Gollner

Executivo de Educação do Movimento Espírito Santo em Ação. Atua na organização desde 2004.

Maria Cecília Pereira

Foi Assessora-Especial do Gabinete do Secretário – Núcleo de Inovação, da gestão de 2017 a 2018.

Vitor de Angelo

Secretário de Educação do Estado do Espírito Santo desde janeiro de 2019.



EDUCAÇÃO
QUE DÁ
CERTO



**TODOS
PELA
EDUCAÇÃO**

www.todospelaeducacao.org.br



/todoseducacao



@todoseducacao



/user.todospelaeducacao



@todospelaeducacao



/company/todospelaeducacao



Todos Pela Educação